



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DISCUTIR A POLUIÇÃO DAS PRAIAS E SUAS CAUSAS, EM ESPECIAL A REGIÃO DAS BAÍAS SUL E NORTE, REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2024, ÀS 18H, NO AUDITÓRIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA, CAMPUS FLORIANÓPOLIS-CONTINENTE, NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Motta Pires Filho) – Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa noite. Sejam todos bem-vindos.

Nos termos do regimento interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública convocada pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, atendendo requerimento do excelentíssimo senhor Deputado Estadual Marcos José de Abreu (Marquito), que tem por objetivo debater a poluição das praias e suas causas, em especial da região das baías norte e sul.

Convidamos para compor a mesa de autoridades, o excelentíssimo senhor Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Marcos José de Abreu (Marquito); a senhora coordenadora do Programa Ecoando Sustentabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina, Alessandra Larissa D'Oliveira Fonseca; o senhor engenheiro da Casan, Filipe Alcione Silva; o senhor diretor de Controle e Passivos Ambientais do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA), Diego Hemkemeier Silva; o senhor assessor de Meio Ambiente do Fórum dos Pescadores Artesanais das Baías Norte e Sul de Florianópolis, João José de Andrade; o senhor membro da Federação das Empresas de Aquicultura, Ruy Ávila Wolf. Os senhores podem tomar assento à mesa, por gentileza.

Registramos e agradecemos a presença das seguintes autoridades e dos convidados que se apresentaram ao nosso Cerimonial: senhor diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), *campus* Continente, Tomé de Pádua; senhor gerente de Laboratório e Medições Ambientais do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA), Marlon Daniel da Silva; senhora presidente do Instituto Sueco-Brasileiro de Economia Circular (ISBE), Julita Ferraz; senhor presidente da Associação dos Moradores do Saco dos Limões (Amosac), Rodrigo Pereira Cardoso; senhor presidente da Associação Amigos do Estreito, Édio Fernandes (Jajá); senhor presidente da Associação de Moradores de Coqueiros, Leonardo Contin da Costa; senhora vice-diretora do Conselho de Segurança do Bairro de Coqueiros, Conseg 31, Manoela Lira Reis; senhora atleta paralímpica de Remo, Josiane Lima; senhora coordenadora do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental da Região Hidrográfica Litoral-Centro GTEA/RH08, Maya Ribeiro Baggio; senhora representante da Associação de Marinheiros e Pescadores do Farol de Naufragados, Vera Lúcia Bridi; senhora representante da Associação Amigos da Barra do Sul, Renata Tôki Zimmermann Inuí; senhora bióloga da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis (Floram), Alessandra Pellizzaro Bento; senhor membro do Comitê Popular Sul, Valdinei Marques.

Este Cerimonial convida o excelentíssimo senhor Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Estadual Marcos José de Abreu (Marquito), proponente desta audiência pública, para proceder à abertura oficial da audiência e presidir os trabalhos.

Uma ótima audiência a todos. Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Uma boa-noite para todos e todas.

Antes de começar, eu queria chamar a doutora Analúcia de Andrade Hartmann para compor a mesa aqui conosco e agradecer a presença do Ministério Público Federal.



(*Palmas.*) Eu quero agradecer a presença de todos e todas que aceitaram o convite, algumas instituições acabaram não confirmando a presença, algumas Secretarias Municipais aqui da região e também a Aresc, que para nós é bem importante. Por isso, eu vou fazer uma fala um pouco mais alongada no início.

Esta audiência pública foi provocada pela Associação dos Moradores de Coqueiros, quando em reunião nos falaram sobre um possível lançamento irregular de esgotamento sanitário na região da Praia da Saudade e em outras regiões. Também informaram sobre o ocorrido na região da Praia do Abraão e mostraram um pouco da situação preocupante e sistêmica da baía norte e da baía sul. Quero dizer que essa foi a motivação e agradecer também a confiança das instituições comunitárias.

Sobre o trabalho da Assembleia Legislativa, esta Comissão de Turismo e Meio Ambiente vem discutindo temas relevantes para a sociedade catarinense. Nós temos discutido especialmente a questão do abastecimento de água, as políticas de bacias hidrográficas e recursos hídricos pelo Estado. Também temos nos debruçado sobre a qualidade ambiental das lagoas e lagunas do litoral catarinense. Mas, principalmente, temos debatido a questão do saneamento no âmbito do Estado de Santa Catarina, e aqui na região da grande Florianópolis. Então, o nosso objetivo hoje é discutir a questão da qualidade ambiental das baías norte e sul.

E na semana passada ainda fui provocado sobre o termo baías, porque, na verdade, era para nós chamarmos de canais, canal sul e canal norte. Falaram-me que não tem aspecto de baías e sim de dois canais de conexão entre as partes interna e externa, entre mar aberto e mar fechado. Mas trago aqui que nós temos por objetivo de trabalhar a questão da qualidade ambiental das baías norte e sul, que englobam os Municípios de Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça, e envolvem, de certa forma, também Governador Celso Ramos. Essas baías são muito importantes porque nelas, além das questões recreativas, nós temos comunidades de pesca artesanal muito ativa que vivem e que tiram o seu sustento dessas duas baías. Nós também temos aqui nessas duas baías a principal concentração de produção de ostras e mariscos do Brasil. E agora começa a avançar a produção de macroalgas. É uma região que se somarmos a população desses Municípios passa de 1,5 milhão de habitantes, no que envolve essas duas baías. Então é uma região muito importante e significativa.

O que nos motiva também é a qualidade da balneabilidade das praias dessas baías. E eu chamo de praias porque vimos, infelizmente, nos últimos trinta anos – e nós vamos mostrar – com a degradação ambiental e com a falta de equipamentos de tratamento de esgoto que esses lugares foram transformando em não praias. Na verdade, são praias, que estão sendo monitoradas, ainda de forma limitada, mas todas elas são praias, têm nomes de praia e tem memória de praia, para uso recreativo, uso de verão e assim por diante. Eu, particularmente, tomava banho na praia em Barreiros, uma praia que hoje ninguém mais pensa, ou nem coloca no seu imaginário, a possibilidade de se banhar nela. Nós estamos aqui numa região que já foi o principal balneário de Florianópolis, o mais badalado, o mais utilizado, e que nós nos acostumamos a não reconhecer mais como balneário. E o Balneário do Estreito é a mesma coisa, não é? E assim vamos perdendo a qualidade ambiental, como nas praias que nós temos ali no João Paulo, em Cacupé e assim por diante. E pontos muito sensíveis, em Jurerê, em Canasvieiras. E nós vamos tendo um sentimento de que não é possível reverter esse quadro.

E o que nós queremos trabalhar aqui são as causas que levaram a essa situação de degradação ambiental e o que nós podemos, enquanto audiência pública, encaminhar concretamente para ter metas e ações para a melhoria dessas condições. Esta Comissão já realizou também uma audiência pública em relação ao posicionamento da comunidade e das instituições referente à possibilidade de lançamento de esgotamento sanitário tratado ali na baía sul, na região do Saco dos Limões, defronte ao aterro da Via Expressa Sul. E também já discutiu outros termos em relação à questão do saneamento.

(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)

Eu queria mostrar para vocês aqui as perguntas que são orientadoras deste debate e a posição que cada instituição aqui vai trazer. Também quero mostrar para vocês que, como o nosso tempo é curto, nós fomos motivados para preparar esta audiência ao ter acesso ao relatório da Aresc, que apresentou a questão da desconformidade dos



parâmetros aferidos com a legislação, especialmente de lançamento de efluentes tratados nas baías sul e norte, reconhecendo que as Estações de Tratamento de Esgoto, que lançam os seus esgotamentos sanitários tratados, se encontraram em desconformidade, segundo o relatório da Aresc.

E depois eu passo à própria Casan para que se manifeste em relação à questão também de alguns DBO, DQO e *Vibrio fischeri*, e outros organismos que são reconhecidos como contaminantes, e que o relatório da Aresc apresentou desconformidade. Então, acho que vão ficar elementos aqui para a própria Casan se manifestar.

Nós também temos outros elementos importantes como os dados do Programa Se Liga na Rede, um programa municipal de monitoramento e fiscalização de ligações irregulares de esgotamento sanitário na rede pluvial, bem como a não ligação no sistema de tratamento ou coleta de esgotamento sanitário. Esses dados apresentam informações que, para nós, são bem ruins, tendo em vista que mesmo em locais onde há coleta de esgotamento sanitário temos índices altíssimos em regiões centrais das praias, aqui da região do Continente e da região da Ilha, um número excessivo de ligações irregulares na rede pluvial que vão chegar, em algum momento, em um corpo hídrico, em um córrego ou em um rio que vai desembocar nas baías norte e sul.

Eu não vou detalhar todas, nós pegamos aqui especialmente as regiões do cenário geral de Florianópolis. Foram 5.079 inspeções e foram encontrados 3.688 imóveis irregulares, chegando a um valor de 70% de ligações irregulares nos imóveis inspecionados.

Não vamos poder passar todas essas informações sobre a desconformidade do lançamento das estações de esgoto nas baías, as informações do Se Liga na Rede em Florianópolis. Nós não temos esse mesmo método e o mesmo programa acontecendo em Biguaçu, São José e Palhoça, que deveríamos ter também para termos um índice de aproveitamento.

Somado às questões de manifestações das comunidades, como, por exemplo, as que nós recebemos periodicamente, das elevatórias da Casan, que estão próximas às praias do Estreito, Balneário do Estreito principalmente, com problemas de vazamentos em algumas situações. E isso também não se dá só ali, nós temos também na área de São José esse mesmo equipamento com essas problemáticas.

E também para ouvirmos aqui um pouco das ações que estão nos preocupando, nós chamamos o Ministério Público Federal e os pescadores para falarem um pouco desse impacto, além dos aquicultores e as instituições responsáveis, IMA e Casan, para falarem um pouco dessas questões. E também uma visão mais sistêmica, que a Universidade Federal de Santa Catarina vai trazer para nós, sobre a importância da proteção ecossistêmica desse ambiente.

E depois nós abriremos as inscrições, na última fala, para que algumas pessoas se manifestem; algumas já pediram, algumas entidades representativas aqui já solicitaram essa fala. Eu quero aqui dizer que o nosso objetivo é ter o debate mais qualificado e o mais respeitoso possível também. E principalmente que nas nossas falas apontemos os encaminhamentos para que a Assembleia Legislativa, a partir da Comissão, consiga também dar andamento a este processo, ainda nos próximos dois anos e meio desta Legislatura.

Então, que tenhamos um bom debate. Eu começo aqui com a Casan. Cada um vai ter oito minutos para sua fala, e vai ter também um aviso do tempo.

Passo a palavra para o senhor superintendente regional de Negócios da Grande Florianópolis da Casan, Filipe Alcioni Silva.

O SR. FILIPE ALCIONI SILVA – Boa noite a todos.

Nós fizemos uma apresentação, mas não conseguimos exibi-la, então eu vou fazer uma fala breve. O que nós trouxemos aqui, principalmente, são os investimentos que a Casan está fazendo, tanto no Município de Florianópolis como no de São José – não conseguimos falar do Município de Palhoça, porque não é gerenciado pela Casan. Vamos anotar também os apontamentos que vocês trouxeram e tentar dar algum esclarecimento. O que não puder ser esclarecido, nós vamos apontar também. Nem todas as informações precisas nós conseguiremos trazer para vocês, mas em outra oportunidade traremos para a Comissão.



Então, de forma geral, a Casan tem um investimento global hoje em curso no Município de Florianópolis, contando com a ETE Potecas, que atua tanto em Florianópolis quanto em São José, da ordem de R\$ 230 milhões. São mais de 200 quilômetros de rede e mais de dezessete mil unidades que serão atendidas com esse investimento.

Na visão da Casan, existem problemas pontuais da Companhia e da rede pluvial, mas o caminho que a Casan entende como direção global é a rede coletora de esgoto. Se ela terá algum ponto de melhoria ou terá algum ponto de aperfeiçoamento ao longo do processo, como disse o Deputado Marquito, principalmente em relação às ligações, porque às vezes a rede está passada, tem a CI, mas a pessoa, até por desconhecimento, acaba não fazendo essa ligação. A Casan entende que a rede coletora é o melhor caminho para tratar da balneabilidade.

A primeira obra que nós temos aqui para comentar é da Praia dos Ingleses, nós inauguramos a estação no final do ano passado, e a Casan continua ampliando as redes de esgoto. A nossa previsão é de que ainda nesse segundo semestre finalizemos mais algumas redes. E a empresa que foi contratada acabou entrando em falência e desistiu do contrato. Nós fizemos uma força-tarefa, inclusive com equipe própria e relançamos o processo para conseguir finalizar a estação dentro do prazo, porque a empresa acabou abandonando. Isso acontece em questões de contratações públicas, não tivemos como manter a mesma empresa. Agora, estamos fazendo um novo processo licitatório para contratar uma nova empresa que dará continuidade à ampliação das redes e bacias adjacentes, uma vez que a estação já está apta a operar.

Tínhamos a imagem de todas as bacias que foram concluídas, mas não será possível exibí-las aqui. No entanto, já está em operação o novo sistema da bacia da elevatória 1, das bacias 6 e 9; e a bacia 7 está em fase de comissionamento, com previsão de entrada em breve operação. Portanto, praticamente metade do que se dispõe ali, do sistema ETE Ingleses já está em operação e o restante será integrado com a nova contratação que está em curso.

Em relação à segunda obra, a do Saco Grande, inicialmente já existe uma estação no local, mas vamos instalar uma estação totalmente nova, com tratamento terciário. Agora o foco principal é a instalação dessa nova unidade, com previsão de inauguração para o segundo semestre de 2024. Após a conclusão da estação, vamos finalizar as ampliações de rede que estão em curso. Algumas delas já estão executadas e apenas aguardam a nova unidade como em Sambaqui, em Santo Antônio, essas vamos dar prioridade para colocar elas em operação por já terem a rede instalada. Então a previsão da estação é para o segundo semestre de 2024, acredita-se que setembro de 2024, mas o prazo geral seria o segundo semestre. E a implantação das novas redes está prevista para o segundo semestre de 2025.

Trouxemos também aqui um mapa para ser mais esclarecedor, e não ficar só na fala. Este mapa oferece uma visão geral da situação. Depois podemos compartilhar essa apresentação com a Comissão, até de forma não tempestiva, mas que pode ajudar na compreensão. O mapa mostra que toda a parte central e o Balneário, em relação a Florianópolis, já possuem a rede coletora. Além disso, indica as redes que estão em execução e as que estão prontas para serem utilizadas assim que a Estação de Tratamento de Esgoto estiver apta a receber.

Depois temos a ETE Insular, que também está em curso e representa um dos maiores investimentos da Casan, fora a Potecas, que a Casan tem em curso hoje em todo o Estado, na ordem de R\$ 230 milhões investidos, vai quase triplicar a capacidade de tratamento da estação. É uma estação em nível terciário, é o que tem de melhor em relação ao tratamento do efluente final. A nossa previsão inicial é concluir a construção no primeiro semestre de 2025, e finalizar a estação. E no segundo semestre de 2025 iniciarmos a conclusão dessas redes. Algumas redes que estão prontas, como a do Itacorubi, que estavam instaladas e faltava a ampliação da estação, essas também vamos dar prioridade para colocá-las em operação de forma mais tempestiva.

Aí nós tínhamos algumas imagens, na apresentação, mas vou tentar ser breve. O nosso último investimento de maior porte é a de Potecas, são mais de R\$ 250 milhões, é a maior obra que a Casan tem em relação a tratamento de esgoto hoje em curso, fora a Insular que é a segunda. A nossa previsão é iniciar a operação no primeiro semestre de



2025. Inicialmente o intuito da estação é melhorar a qualidade do efluente tratado. Hoje, o sistema utiliza decantação em lagoas, um sistema antigo que quando instalado a estação não tinha muitas residências em volta. Hoje já é totalmente habitado ali em volta, então precisa colocar um tratamento mais moderno. Essa estação também vem em nível terciário e ela substituirá a estação de Potecas, permitindo que a área da antiga estação seja transformada em um parque, conforme acordado com a Prefeitura. E a previsão para a nova unidade é para o primeiro semestre de 2025.

E temos a polêmica da ETE Campeche, inclusive já tivemos uma audiência sobre isso. Atualmente a obra está em andamento, mas ainda estamos aguardando a definição do local para o lançamento do efluente tratado. Hoje, como disse o Deputado Marquito, há um ponto de lançamento logo após o túnel, mas o IMA solicitou mais estudos para entender se aquele é o melhor local. É importante esclarecer que os técnicos da Casan não querem lançar no lugar *a* ou no lugar *b*. O intuito da Casan é tratar e descartar o efluente no local mais apropriado possível. Se os novos estudos indicarem que o local proposto não é o ideal, a Casan não utilizará esse ponto. No entanto, é importante para a comunidade e para o Município definir uma estratégia clara para o lançamento do efluente, especialmente considerando o crescimento da Ilha e as novas construções previstas no Plano Diretor. Nós acreditamos ser esse um grande desafio, independente do caso concreto para a Ilha, pois a alternativa de um emissário futuro exigirá um estudo longo e um debate mais aprofundado. Enquanto isso, precisamos encontrar uma solução temporária para o lançamento do efluente.

Essas são as obras principais. Além disso, nós temos algumas obras, alguns projetos, tanto para a praia da Daniela, quanto para o Rio Vermelho e Pântano do Sul, onde nós temos a ideia de construir duas novas estações, que estão em estudos. E a previsão desses investimentos futuros é da ordem de R\$ 300 milhões. E com uma futura ampliação também da estação Potecas, que vem substituir a lagoa atual, após uma ampliação, na ordem de R\$ 650 milhões.

Trouxemos principalmente, os pontos de investimento global da Companhia, obviamente existem dezenas de ações menores.

Ficamos abertos para tirar eventuais dúvidas da população.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Antes, se tu puderes rapidamente responder a duas questões, a do relatório da Aresc sobre a questão que coloca como inapta ou fora dos padrões colocados do lançamento; e também sobre essa corrente reclamação em relação aos que são chamados de elevatórios, mas são terminais, aqueles que existem nas beiras da praia do Balneário do Estreito. Não são elevatórias, são chamados terminais, não é? Elevatórias, é isso? Eu queria só que você pudesse fazer um relato rápido.

O SR. FILIPE ALCIONI SILVA – Em relação a esse relatório específico, teria que ver qual é o relatório, mas deve ser uma situação pontual, não é? Senão nós teríamos até notificado em relação à qualidade do efluente tratado. Nós vamos ter que...

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: “Não é pontual, é recorrente.”)

Vamos depois abrir a palavra e vocês vão poder falar. Depois o Deputado pode nos fornecer esse relatório para darmos uma olhada e verificar tecnicamente o que foi apontado? De cabeça eu não me recordo desse relatório específico. O que eu posso dizer é que as nossas estações passam tanto pelo pelos órgãos ambientais quanto pelo controle da qualidade do efluente final. E os nossos laboratórios são creditados pelo Inmetro, então tem um acompanhamento. Se tiver algum ponto específico, nós precisamos analisar o relatório, para verificar até quais foram os encaminhamentos desse relatório específico.

E acho que o pessoal está comentando é com relação ao interceptor, aquele do Balneário do Estreito. Sobre esse item específico nós tivemos uma reunião com a Aresc, há uns quinze ou vinte dias, para tratar desse assunto, recebemos lá o César, da comunidade do Balneário para estreitar e mostrar para ele quais são as ações que a Casan pode fazer.

O saneamento é formado de rede de esgoto de tratamento e distribuição de água, mais os resíduos sólidos e de redes pluviais. Então se esses quatro não andarem de mãos dadas, obviamente, não teremos sucesso nessa pergunta principal, que é a balneabilidade das praias. *[Transcrição: Clovis Pires da Silva / Leitura: Vera Regina Zacca]*



Então, recebemos o César e abrimos para ele, que hoje, a Casan entrega para o Município 5% da arrecadação para investimentos em saneamento básico, onde ele achar melhor. Ele pode investir nos eixos, que seria também verificar a parte pluvial, que não é de responsabilidade da Casan, verificar se há algum morador jogando [esgoto] de forma irregular ou até mesmo se há alguma outra situação, algum bairro que precisa de algum ajuste da própria Casan, pois com esse recurso que entra para o Município ele pode fazer esse tipo de contratação. Mas mesmo assim, a Casan também tem alguns programas que ela financia para o Município e ele gerência, como o Programa Floripa Se Liga Na Rede, o Programa Tratos pela Lagoa I e II, e hoje tem o Programa Trato pelo Costa Norte, e a doutora participada da CPI das Docas, a qual teremos uma futura reunião sobre o assunto. Esses tratos são gerenciados diretamente pela Casan, mas no Programa Floripa Se Liga Na Rede, em que a Casan entra com os recursos, é o Município que faz o gerenciamento dos locais em que acaba tratando.

Em relação aos interceptores especificamente, temos um estudo da Beira-Mar, inclusive teremos uma reunião sobre isso também na CPI do Balneário, e conto também com a doutora Analúcia. A Casan teve uma reunião com a Prosul, se não me engano, foi no mês passado, e apresentou o que a Casan gostaria de fazer. E está em estudo com a Prosul e ela contratou um projetista específico para verificar qual é o melhor desenho para passar o interceptor, pois ali vai sair uma beira-mar. Então o ideal é casar o dinheiro público e fazer uma obra conjunta. O Município de São José inclusive informou que já tem recurso garantido para a obra, o Município de Florianópolis estava buscando esse recurso.

Conversado com a própria Aresc, e fora essa ação que já está em curso, que a princípio, agora está com um melhor encaminhamento, nós nos comprometemos junto a Aresc, em contratar um Se Liga na Rede específico para a Casan e que ela possa gerenciar e, inclusive, vai chamar a comissão, por meio do César, apresentar para eles a bacia e pegar tudo que já foi feito pela Prefeitura, que vamos receber do banco deles, e lançar... a comunidade conhece a região, melhor do que a Casan, até, dessa forma, a comunidade vai poder opinar e nós poderemos atuar em conjunto, nessa rua ou naquela rua primeiro, trabalhando junto com a comunidade para obter o melhor resultado, então já deixamos isso aberto para o César.

Hoje, ainda, eu assinei a justificativa para ir para o jurídico, para fazer essa contratação específica, que vai englobar tanto São José quanto Florianópolis, não apenas Florianópolis. Uma contratação única, antes era um convênio em que a Prefeitura fazia a contratação. E nós vamos trazer a comunidade para atuar junto e ter mais transparência, como iniciamos com eles, e manteremos isso agora para tentar buscar o fim, que é melhorar a parte do saneamento. Mas volto a dizer, essa ligação com a parte pluvial é extremamente importante para o êxito dessa comissão.

(Manifestação fora do microfone inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Nós vamos, depois, abrir para as perguntas. Quero deixar vocês tranquilos, mas não se esqueçam de se inscreverem para fazer as perguntas.

Passo a palavra o senhor Diego Hemkemeier Silva, diretor de Controle e Passivos Ambientais do IMA, por oito minutos.

O SR. DIEGO HEMKEMEIER SILVA – Boa noite, Deputado, parabéns pela iniciativa, sempre muito ativo em relação à questão ambiental, o que é muito importante para nós. Boa noite a todos que compõem a mesa, à professora Alessandra, que foi minha professora no Mestrado, e a todos os presentes.

Meu nome é Diego, sou diretor de Controle Passivos Ambientais, servidor de carreira do IMA, e hoje estão comigo o gerente do laboratório do IMA, Marlon, e também a Maria Joana, nossa colega do laboratório.

(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)

Fazendo um apanhado sobre a atuação do IMA em relação à balneabilidade, nós temos a Gerência de Laboratório e Medições Ambientais, que credencia laboratórios também para fazer análises, e nós fazemos o monitoramento da balneabilidade aqui no Estado. O IMA, ao longo de quatro décadas, realiza esse monitoramento, que é um dos mais antigos do Brasil e um dos maiores do país, contempla 27 Municípios do litoral



catarinense, aproximadamente 240 pontos, aumentando esses pontos muitas vezes ao longo dos anos, e já temos algumas previsões para aumento desses locais.

Publicamos também o anuário da balneabilidade do Estado de Santa Catarina, que traz essa informação, digamos, aberta ao público, com um diagnóstico de tudo que acontece em relação à balneabilidade aqui no Estado, elaborado pelos técnicos da instituição. Nós temos um dado aproximado de que 10% dos pontos são impróprios o tempo todo, e aproximadamente 30% desses pontos são próprios para a balneabilidade e isso varia a cada ano, mas eles são próprios para banho durante todo o período em que são analisados.

Realizamos também, frequentemente, monitoramentos em relação a eventos, por exemplo, de turbidez da água, algo que acontece de diferente em relação ao mar, ao local em que vivemos aqui, principalmente na região de Florianópolis, que é objeto de discussão hoje. Temos como exemplo o evento de mortandade de peixes aqui na região, que aconteceu em março, em que nós monitoramos essa ocorrência por alguns dias, algumas semanas, por meio de *drones* e exames laboratoriais, inclusive com o apoio do IFSC.

Monitoramos também as condicionantes ambientais do licenciamento ambiental, em relação às estações de tratamento. Algumas operações de fiscalização são realizadas aqui na região da Grande Florianópolis, como por exemplo, a operação de limpa-fossa, no norte da Ilha. Temos aproximadamente, nos últimos dez anos, setenta autos de infração em relação às condicionantes de licenciamento ambiental que envolvem diretamente a balneabilidade na região da Grande Florianópolis, especialmente.

Realizamos também o monitoramento dos caminhões limpa-fossa, que necessitam de licenciamento, e monitoramos esse licenciamento por meio de barreiras e também em relação ao trânsito desses veículos e verificamos onde eles despejam os resíduos que são coletados, sendo muitas vezes pago pela população para serem destinados corretamente.

Inicialmente seriam essas as informações. Não sei como está o nosso tempo e se o nosso colega, gerente Marlon, quer complementar de alguma forma. Nós ficamos à disposição para responder a todos os questionamentos relacionados a essas situações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Sobre aquela questão principal dos pontos, a quantidade de pontos que nós temos aqui, por exemplo, em São José.

(Manifestação fora do microfone inaudível.)

Isso. Acho que ele pode ajudar.

O SR. DIEGO HEMKEMEIER SILVA – Eu peço para o pessoal deixar visível o *site* do IMA, que é www.balneabilidade.ima.sc.gov.br.

Durante a temporada o *site* recebe em torno de trinta mil a quarenta mil acessos por pessoas do Brasil inteiro que frequentam os nossos balneários. E as bandeirinhas indicam a questão relacionada à balneabilidade mesmo. Então, obviamente elas variam ao longo do ano de acordo com a chuva. Talvez seja o melhor e mais importante meio de disponibilizarmos as informações da balneabilidade abertamente ao público.

Marlon, você pode complementar?

O SR. MARLON DANIEL DA SILVA – Boa noite a todos.

Próximos a nós temos diversos pontos, começando aqui no Bom Abrigo, temos a Praia das Palmeiras, a Praia do Meio e a Praia da Saudade. A Beira-Mar tem três pontos, o José Mendes tem um ponto e a região da Beira-Mar Continental tem a Praia do Matadouro e a praia do Jardim Atlântico. Todos esses pontos podem ser verificados nos nossos relatórios, tem histórico bastante robusto que mostra a tendência desses pontos à propriedade ou impropriedade.

Em função do ato de cooperação, que o senhor Governador pediu logo no início de 2023 e o outro em 15 de dezembro, e preocupados com a situação de virose, ou seja, Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar, nós também temos o monitoramento que o IMA executa coletando amostras em pontos sistematicamente impróprios para a presença da carga viral. No próximo anuário teremos relatórios dessas situações feitas pelo Lacen.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Nós agradecemos.

Temos uma questão dos pontos nos Municípios de São José e Palhoça que têm números mais reduzidos de pontos de análise.



O SR. MARLON DANIEL DA SILVA – Sim, em São José você tem um único ponto que é Guararema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Isso.

O SR. MARLON DANIEL DA SILVA – Palhoça tem oito pontos. O sul, de maneira geral, da Palhoça para baixo, está numa situação mais confortável quanto à balneabilidade. Você tem vários pontos próprios, tendendo à propriedade. Os problemas na região normalmente são os arroios que carregam as sujidades de montante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Nós queremos que esta audiência também encaminhe a ampliação dos pontos de coleta e análise de balneabilidade do Balneário do Estreito para cima, além de Guararema, também na região da Serraria subindo um pouco até chegar em Biguaçu. Achamos importante que alguns pontos ainda precisam ter essa análise, justamente por serem desembocaduras de alguns rios, que é importante ter especialmente pelas atividades que são desenvolvidas ali.

O SR. MARLON DANIEL DA SILVA – Veja bem, cada ponto tem um custo. E quando o IMA loca ponto é porque existe uma situação que pode trazer prejuízo ao usuário. O viés do monitoramento é a saúde do nosso usuário. Não que a gente queira que um ponto seja impróprio, mas sempre que o nosso técnico faz a coleta, chega ao laboratório para análise e dá positiva, você pode ter impropriedade, vai ter essa impropriedade. E isso é preocupante, porque nós temos outros organismos que habitam essas águas impróprias e você pode ter um custo maior se esse usuário incauto fizer uso dessas águas e adquirir alguma doença, e ele pode, inclusive, estar utilizando o sistema acamado.

A importância desta audiência é muito grande, por quê? Onde começa o tratamento dos nossos efluentes? Começa na sua casa, começa pelo cidadão. E o cidadão deve procurar fazer respeitando o regramento existente dentro do Município. Se o Município não tem sistema público de coleta, ele vai ter que atender com fossa, filtro e sumidouro, respeitando logicamente os critérios quanto ao terreno para instalar esse sistema. Portanto, parte principalmente do usuário cobrar as soluções para que não se perca o viés turístico que temos, porque muito provavelmente teremos um turismo contemplativo, você vai ver maravilhosas paisagens, mas não vai poder tomar banho. Então é importante começarmos pela educação na busca de soluções.

Eu vejo investimento, não só, percorremos o litoral todo, desde Passo de Torres até o norte do Estado, em Itapoá, e observamos muitos investimentos e extensão de rede, mas o usuário tem que estar ligado a essa rede e pedir uma certificação de que ele está ligado, para depois, poder cobrar: olha, eu fiz tudo direitinho, porque ainda tem impropriedade na praia que eu quero frequentar? Então, começa por nós, começa individualmente e vai refletir no coletivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado.

Quero agradecer por dois pontos. Primeiro, o relatório da Aresc é muito importante, porque é ele que nos dá o diagnóstico da situação; segundo, é que o relatório de balneabilidade reforça o diagnóstico da situação. Eu, enquanto Legislador e fiscalizador das ações, para legislar tenho a premissa de ter um diagnóstico, de ter uma justificativa para poder implementar o nosso trabalho.

É importante os pontos e eu quero enaltecer a atuação do IMA, porque certamente nenhuma Prefeitura quer que os seus indicadores estejam ruins ou prejudicados, e vocês acabam sendo o pára-choque dessa situação, pois não são vocês que dizem que está certo ou errado, é a condição ambiental. E ampliar os pontos é importante para salvaguardar a saúde humana, mas também para pensar políticas públicas. Então acho que é um pouco desta nossa provocação.

Passo a palavra para a professora Alessandra Larissa D'Oliveira Fonseca, do Programa Ecoando Sustentabilidade.

A SRA. ALESSANDRA LARISSA D'OLIVEIRA FONSECA – Boa noite nesta noite de frio, não é? Agradeço ao Deputado Marquito pelo convite e a todos vocês que estão aqui conosco neste debate tão importante em cima do nosso território.

Vou iniciar a minha fala fazendo um gancho a partir da fala de que a responsabilidade começa com o indivíduo. Quando nós vemos cidades que não se preocupam com planejamento e fazem Planos Diretores como os que nós temos visto aqui, sem considerar a base, a infraestrutura... Então, quando nós falamos em doença, quando



nós falamos em saúde, nós temos que falar, sim, de uma base de ecossistema e da capacidade de suporte desse ecossistema para garantir a saúde.

(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)

Quando nós vamos falar de um ambiente como esse *(aponta para a imagem)*... Vou falar um pouco sobre uma nota técnica que foi feita pelo grupo Ecoando. Sou uma das professoras do Ecoando, ele é formado por professoras e professores da Oceanografia, da Ecologia, da Geografia, incluindo o professor Paulo Horta que está aqui nos assistindo. Esta foi uma nota técnica feita a diversas mãos, mas encabeçada por ele, e fala exatamente sobre essa questão do emissário aqui na baía sul.

Esta imagem mostra a bacia hidrográfica das baías norte e sul. Geologicamente é um canal, mas historicamente nós usamos o termo baía, por ser uma região cheia de embaixamentos. Quando nós falamos na gestão desse território, que é tão importante para a pesca, para a aquicultura e para o turismo, não estamos falando somente de Florianópolis, de São José ou de Palhoça, nós estamos falando de diversos Municípios que fazem parte dessa bacia hidrográfica. O que representa essa bacia? É onde as águas desse ambiente vão passar por todas essas atividades desse solo. E onde vão chegar essas águas? Vão chegar aqui na baía norte e na baía sul.

E vocês estão vendo essas flechinhas *(aponta para a imagem)*, as flechinhas em vermelho representam, de acordo com o tamanho, as principais fontes de nitrogênio, e as flechinhas em verde indicam as principais fontes de fósforo. E por que nitrogênio e fósforo? Porque são dois nutrientes que são a base da cadeia alimentar, tendo nitrogênio e fósforo, têm-se a produção primária, têm-se algas. Quando surge a maré vermelha na nossa região? Isso acontece por causa do crescimento excessivo de algas associado à fertilização. E quando essa grande biomassa se forma ou entra matéria orgânica, por exemplo, que vem dos esgotos que não tem tratamento adequado, essa matéria orgânica é consumida pelo oxigênio. Quando falta oxigênio, morrem peixes e diversos outros organismos que nós nem vemos.

E aí eu vou contar uma coisa para vocês, tem outra influência que não está aqui, que é a pluma do Rio da Plata. A pluma do Rio da Plata é a segunda maior bacia hidrográfica da América do Sul, ela deságua entre o Uruguai e a Argentina e, quando tem vento de sul, esse vento traz essas águas – estamos falando do celeiro agrícola da América do Sul, ou seja, somente a entrada de fertilizantes já é altíssima, sem falar de outros contaminantes. Essa água chega a nossa região já trazendo as algas tóxicas, conhecidas como marés vermelhas.

Então nós temos um problema local que conseguimos gerenciar, mas temos um problema em outra escala que não depende de nós. E quando nós falamos em escala local, lembramos que são vários Municípios. E, sim, essa urbanização que nós estamos vendo aqui *(aponta para o mapa)*, estão vendo esse vermelho no mapa? É urbanização definida pela Embrapa é um *layer* que conseguimos aplicar no mapa, e nós vemos essas entradas associadas ao Rio Cubatão, a esse rio aqui *(aponta para a imagem)*, onde está o Potecas, o Rio Imarui, o Rio Biguaçu, grande fonte de fósforo, associado, sim, à agricultura, à pecuária, mas na margem das baías, associado à urbanização e ao esgoto doméstico.

Essa matéria de água e nutrientes e outros contaminantes estão entrando nessa baía. E como essa baía lida com isso? O que nós vemos aqui é um mapa da circulação de água do mar nessa região *(aponta para a imagem)*. E ali é um canal. O que isso quer dizer? Se nós olharmos aqui é a velocidade de corrente, onde tem os estreitos, tem maiores velocidades de água; e onde está azulzinho, menores velocidade de água. O que quer dizer menor velocidade de água? Quer dizer que a água fica parada, quer dizer que o que entra ali vai ficar parado nessa região. Por ser um canal, entra a água da maré pelo sul e água da maré pelo norte, chegando a um momento em que essa massa de água vinda de sentidos opostos se encontram, isso é física. E quando elas se encontram se anulam e formam o que chamamos de onda estacionária da maré. Essa onda estacionária depende também do vento, como os ventos de nordeste são os mais comuns aqui na nossa região, esse encontro das águas acontece aqui na baía sul. Quando temos vento de sul, a tendência é mais para o norte, vai pegar essa região aqui *(aponta para a imagem)*. Então, essa área onde se quer lançar esse emissário é uma região onde não circulam muitas águas. Olhem



aqui como está essa enseada (*aponta para o mapa*) e aqui tem essa região que é a maré estacionária.

Isso aqui (*aponta para a imagem*) é uma modelagem, um programa feito junto com a Epagri, de uma aluna minha de mestrado. Aqui, neste cantinho, nós estamos avaliando o dia, o mês novembro de 2020. Então, nós vamos ver o período de novembro, que é um período de chuva normal, e daqui a pouco vai começar dezembro, quando mudou para dezembro, tivemos uma sequência de eventos extremos de chuva. Isso quer dizer o quê? Está entrando muito mais água. Uma coisa que não está entrando aqui (*aponta para a imagem*), olhem aqui o Rio Tavares. Agora pensem que toda essa bacia hidrográfica aqui vai ser transposta para cá, porque nós temos águas que vêm do Continente e que irão servir essa região, nós temos água do Peri, que servem essa região, e essa água depois virá para cá. Isso se chama transposição de bacia, e essa água que vai entrar vai causar alteração.

Olhem aqui, nós estamos já no mês de dezembro, chuvas extremas. Olhem o que acontece com essa região, a maré está paradinha ali, deu um *looping*. Voltando para o início de novembro, mas vocês estão vendo onde é a entrada de água-doce na nossa região aqui, Rio Cubatão, Rio Imarui, Rio Biguaçu e um pouco nessas enseadas. Só que nós vamos fazer uma transposição de bacia aqui e esse fluxo vai aumentar essa entrada, mas não quer dizer que irá circular bem.

Outra coisa é a entrada de água, agora vamos ver no sedimento. O que é esse sedimento? Esse sedimento conta uma história de contaminação da água que entra e circula dentro da baía. Vocês estão vendo aqui (*aponta para a imagem*) nitrogênio no sedimento, a escala azul é de maior concentração, a escala verde clara é de menor concentração. Vejam que aquela circulação, que eu mostrei antes e que tem uma onda estacionária por aqui, segue também com uma maior concentração de nitrogênio. Lembrando que o nitrogênio e o fósforo são importantes para a base da cadeia alimentar. E vale citar que o nitrogênio é o que falta para as microalgas. Então, quando entra nitrogênio, as algas ficam superfelizes. E a lama, olha só, lama na baía norte, a baía sul como é mais estreita ela tem menos deposição de lama. Mas essa enseada aqui vale muita atenção, olhem essa contaminação, isso é resultado da ETE Insular, que lança esse efluente aqui, uma área de pouca circulação, e temos já um sinal de contaminação no sedimento.

Isso é uma modelagem, de 1990 a 2010, que nós fizemos para mostrar as condições da eutrofização, que é esse tipo de poluição na baía norte e na baía sul. Vocês estão vendo (*mostra imagem*) que a baía norte até o ano 2000 tinha uma condição um pouco melhor e a baía sul já tem uma situação mais crítica. E o duro é que se nós fizermos uma melhoria do sistema de saneamento, mas continuarmos com essa população. Em um cenário futuro que temos aqui (*aponta para a imagem*), não teremos grandes mudanças. Isso mostra que, apesar de ser um canal que circula água, é um ambiente sensível à poluição.

Isso aqui também faz parte do trabalho dessa aluna, é aquele momento de chuva extrema. Nós queríamos entender se essas chuvas amplificariam a condição de eutrofização e elas amplificam. O que nós vemos nessa escala é que, quanto mais vermelhinho, o evento de chuva está aumentando a condição dessa poluição por nutrientes. Mais azulzinho, tende a diminuir. Observamos um aumento com os eventos de chuva, um aumento desse cenário de eutrofização de poluição aqui nas baías.

E para finalizar, também uma das questões sobre o planejamento. E fica até uma pergunta para a Casan, quando se planeja uma estação de tratamento de esgoto, o que é considerado? É considerada a natureza como a base desse planejamento? É considerada a capacidade de suporte dessa natureza? Porque sem essa natureza saudável nós não temos o peixe, nós não temos a maricultura, nós não temos a saúde e nós não temos o turismo. Então a base ambiental é necessária para o suporte de uma sociedade. Nós precisamos de água limpa, nós precisamos de alimentos saudáveis para ter as atividades econômicas. Então, sem essa base de natureza, não temos o restante.

A minha questão é essa: nesse planejamento o quanto é considerada a natureza? Qual é o peso dessa natureza? Ou é só o valor econômico, o custo da obra? Isso é algo que nós precisamos debater.

Muito obrigada. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado, professora Alessandra. Muito bom.

Eu quero aqui registrar a presença também do César Romero Borges de Barros, que é presidente do Conselho de Segurança do Estreito (Conseg), e quero também registrar a presença do senhor Vereador do Município de Florianópolis, Afrânio Boppré.

Passo a palavra para o representante da Federação das Empresas de Aquicultura, Ruy Ávila Wolf.

O SR. RUY ÁVILA WOLF – Boa noite. Cumprimento as autoridades da mesa e o público aqui presente, enchendo esse auditório. É muito importante este debate.

Como eu não tenho o hábito de fazer apresentações como a Alessandra, vou seguir um texto aqui que eu escrevi para não passar muito do tempo e não esquecer nenhuma coisa importante para nós mencionarmos.

Esta audiência pública é muito importante para ampliar o debate sobre a questão tão negligenciada pelo Poder Público aqui na nossa cidade, na nossa região.

Deputado Marquito, quero parabenizá-lo por essa iniciativa, e quero dizer que represento a maricultura, mas, represento também a Feaq, que é a Federação das Empresas de Aquicultura, que tem produção aquícola aqui nas baías e no Estado todo. [Transcrição: Vera Regina Zacca / Leitura: Clovis Pires da Silva / Leitura Final: Dulce M. da Costa Faria]

(Passa a ler.)

“Esta audiência pública é muito importante para ampliar o debate sobre esta questão, que é tão importante e tão negligenciada pelo Poder Público na nossa cidade e na nossa região.

Eu queria parabenizar o Deputado Marquito pela iniciativa e dizer que neste momento eu represento a maricultura, mas também a Feaq, que é a Federação das Empresas de Aquicultura de Santa Catarina, das empresas que têm produção aquícola aqui nas baías e no Estado inteiro.

Sou produtor de ostras desde 1997, quando implantei o meu primeiro cultivo, e fui representante dos maricultores no Conselho Municipal de Saneamento por duas vezes, entre 2008 e 2011.

Vivemos em uma Ilha com grande diversidade ambiental, impactando diretamente na vida das pessoas que nela vivem e trabalham. As baías norte e sul são responsáveis por 90% da produção de moluscos do Brasil, demonstrando a importância desse ambiente para o desenvolvimento e a manutenção da atividade. A importância da maricultura se estende ao turismo e à gastronomia, as ostras e os mexilhões de Santa Catarina são convites ao prazer, mas a maricultura depende de um ambiente limpo, sem poluição para produzir alimentos de qualidade, pois ostras e mexilhões são animais filtradores e podem absorver a poluição através da alimentação.

Os maricultores, desde o início da atividade, têm se preocupado com a expansão da urbanização e o aumento da poluição nas baías, que vem crescendo vertiginosamente.

Como eu disse anteriormente, os maricultores integram o Conselho Municipal de Saneamento justamente para efetuar a cobrança por um sistema de saneamento que cuide da terra, da saúde da população, mas também das nossas águas.

O interior das baías é o local menos adequado para o lançamento de resíduos e efluentes de estações de tratamento de esgotos, como mostrou a professora Alessandra. A região do Saco dos Limões é o pior local dentro da baía, pois ali ocorre o que os pescadores chamam de tomo de maré, onde as correntes das marés do norte e do sul se encontram gerando corrente zero, assim todo o material em suspensão sedimenta no fundo. Esse é um local de depósito de sedimentos e de baixa dinâmica. Nesse local, a capacidade de dispersão e diluição de resíduos é baixa e pode acumular sedimentos e poluição, causando danos graves aos ecossistemas internos e colocando em risco as espécies locais, assim como as produzidas pelos maricultores – nós já presenciamos o desaparecimento do berbigão no Saco dos Limões. Nesse local também temos a Reserva Extrativista Marinha da Costeira do Pirajubaé, uma área de preservação ambiental que abriga um manguezal e deve ser protegida, pois é um berçário de vida marinha.

Os maricultores, participando com representação no Conselho Municipal de Saneamento, sempre alertaram a Prefeitura de Florianópolis sobre os riscos que corre essa



atividade econômica tão importante com o aumento da poluição nas baías. Hoje algumas áreas estão restritas à comercialização de mexilhões por conta da poluição e se nada for feito, será necessário construir estruturas de depuração de moluscos para permitir a comercialização segura em outras áreas também.

Existe um relatório da própria Casan que indica que a baía sul não tem capacidade de receber aporte de efluentes de ETEs. É urgente uma atitude concreta do Poder Público para salvar as baías, as espécies locais e a maricultura. A solução da poluição das baías não pode ser vista apenas como um problema de Florianópolis, mas Florianópolis precisa tomar a liderança na construção de uma solução metropolitana, pois Municípios vizinhos também contribuem com o aporte de poluentes.

A cada dia que passa fica mais claro que os corpos d'água da Ilha e da região não têm capacidade para absorver resíduos de estações de tratamento de esgoto, nem os pequenos rios, nem as águas das baías. Acho que devemos ficar atentos quanto a isso. E ainda é necessário que se faça, antes do lançamento em corpos d'água, o tratamento em lagoas de estabilização, de evapotranspiração ou qualquer outro tratamento não químico que permita garantir a pureza das águas lançadas nos corpos d'água. Talvez Estações de Tratamento de Esgoto regionalizadas possam ser mais adequadas para uma cidade com tantas peculiaridades locais.

É a sociedade que deve definir quanto o Poder Público deve investir para solucionar o problema. Investir em saneamento é investir em saúde, em turismo, em boa alimentação e na preservação ambiental. É investir numa cidade mais sustentável.”

Esse era o meu recado inicial e agora farei alguns comentários.

Desde que sou maricultor, eu me preocupo com essa questão. É uma questão muito séria, porque envolve a vida das pessoas que estão produzindo, mas também das pessoas que estão consumindo o que estamos produzindo. Existe uma parcela de responsabilidade importante do Estado no monitoramento microbiológico, por exemplo, feito pela Cidasc, e no monitoramento de algas nocivas, também feito pela Cidasc, que nos coloca numa posição de segurança para podermos consumir esses moluscos. Isso é muito importante de ser dito. Existe um monitoramento sendo feito que garante que o que é comercializado é monitorado.

Nós estamos vendo esse problema da poluição crescer a cada dia e a cada dia que passa as exigências para que possamos produzir ostras e mexilhões aumenta. Por quê? Porque precisamos construir estruturas de depuração. E isso é um sinal muito negativo para todos nós, porque é um sinal de que a saúde das baías está piorando a cada dia.

Eu queria chamar a atenção para outra coisa: a responsabilidade sobre essa questão não é da Casan, é da Prefeitura de Florianópolis. Aqui na nossa cidade, o responsável pelo saneamento é o Prefeito, não é a Casan. A Casan é uma empresa contratada. Nós temos que ter noção disso e cobrar do Prefeito que tome as atitudes adequadas em relação a isso, porque eles dizem assim: a Casan está resolvendo, deixa, isso aí é só pepino. E sendo assim, nós lavamos as mãos.

Então temos que estar atentos a isso também: é responsabilidade da Prefeitura. Existe o Conselho Municipal de Saneamento, tem um Plano Municipal de Saneamento e não se cumpre absolutamente nada do que está colocado lá.

E eu gostaria de fazer uma denúncia e dizer que nós precisamos tomar uma atitude. Eu acho que Florianópolis tem a obrigação de tomar a iniciativa nesse processo e construir uma solução, porque como disse a professora Alessandra, não é um problema só de Florianópolis. O Rio Cubatão joga poluição, o Rio Biguaçu joga poluição, o Rio Imaruí joga poluição para dentro da baía e não tem [tratamento] em Florianópolis. Então, nós temos que ter uma solução metropolitana para a questão em debate.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Passo a palavra para o senhor João José de Andrade, do Fórum de Pescadores e Pescadoras Artesanais das Baías Norte e Sul de Florianópolis.

O SR. JOÃO JOSÉ DE ANDRADE – Boa noite, senhoras e senhores, sejam bem-vindos. É superimportante que todos possam sair daqui com alguma dose de aproveitamento de tudo o que está acontecendo.



Eu gostaria de dizer que represento o Fórum de Pescadores e Pescadoras Artesanais das Baías Norte e Sul de Florianópolis, sou membro da Resex do Pirajubaé e também participo ativamente do SOS Baía Sul.

Eu vi o companheiro, engenheiro da Casan, fazer a sua fala e apresentar dados, mas em momento algum eu ouvi qual seria a alternativa, e nós, na condição de pescadores, estamos preocupados. Falando do lado de Florianópolis, do lado da Ilha, o maior criadouro de camarão das nossas águas está exatamente no rio da Daniela e no lado sul nós temos a Resex e entre as baías nós temos um divisor de águas. O que será feito para manter a vida marinha dentro das nossas baías? Será que, como disse o amigo da maricultura, a Casan não é a culpada? O que aconteceu com Florianópolis? Vieram provocando o inchaço da nossa cidade e está aí o problema. Nós estamos há vinte anos discutindo e em 2024 ainda não chegamos a um denominador. *(Palmas.)*

Então, senhores, a poluição está por toda a baía norte e por toda a baía sul, está por toda a orla. E além da poluição, nós temos o problema de ausência de dragagem dos nossos canais. Nós estamos a cada dia perdendo a profundidade das nossas baías e isso, para o pescador, é prejuízo. Teremos um empreendimento grande na cidade, que é a implantação do Parque Marina Beira-Mar Norte, que trará sérias consequências para a pesca, porque vai haver balizamento. Os pescadores estão perdendo mais espaço a cada dia.

Vocês imaginam, mais ou menos, quantos reais os pescadores de Florianópolis, das duas baías, jogam no mercado financeiro? Vocês nem fazem ideia, mas são alguns milhares de reais por mês, porque não são dez, nem vinte famílias, são dezenas, centenas de famílias jogando dinheiro no comércio, pagando os seus impostos, pagando as suas taxas ao Município e não se vê o Município tomar as rédeas, tomar a iniciativa principal, que é resolver o problema de vez.

Eu tenho 76 anos de idade, nasci e me criei aqui na cabeceira da ponte, já tomei banho em todas essas praias da região, mergulhei muito no trampolim da Praia da Saudade, que era linda e hoje a poluição está tomando conta de tudo, por falta de responsabilidade. E não é só do Prefeito que está aí agora, é de todos os que vieram antes, o problema vem lá de trás. *(Palmas.)*

Então, gente, é importante que alguma coisa seja feita. Eu parablenizo o Marquito por esta audiência pública e parablenizo o pessoal de Coqueiros que pediu a audiência, porque é superimportante participar.

Eu queria pedir a todos vocês, que são moradores e que também provocam poluição – todos nós provocamos poluição –, um cuidado específico: por exemplo, às vezes queremos culpar a Comcap pelo que acontece conosco, pescadores, ao puxarmos as nossas redes. Tem pescador que poderia tirar vinte, trinta, quarenta sacolinhas plásticas jogadas pelas tubulações de água da chuva, mas se nós, em casa, começarmos a ter cuidado com essas sacolinhas, podemos colaborar muito com o meio ambiente. Cada um de nós tem responsabilidade, não vamos culpar só o Prefeito, o Governador, a Casan, não, todos nós temos uma parcela de culpa na coisa.

Eu não vou me alongar mais. Gostaria apenas de dizer que nós, pescadores, não somos contra o tratamento do esgoto, nós queremos é que achem a solução correta. O primeiro projeto da Ilha era um emissário submarino lançado a cinco mil quilômetros de distância da Ilha do Campeche. Nós assinamos embaixo, concordamos. O grande problema aconteceu lá no sul da Ilha, exatamente na praia do Campeche, o pessoal bateu de frente e nós dissemos assim: alguém tem que “canetar” esse projeto, seja lá na praia do Campeche ou na praia dos Ingleses, o problema tem que ser resolvido.

Obrigado e boa noite. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado, senhor João, nosso patrimônio, sempre aqui conosco.

Registro a presença da Vereadora Tânia Ramos, de Florianópolis.

Nós vamos para a última fala, da Procuradora Analúcia de Andrade Hartmann, mas eu gostaria de explicar que após essa última fala da mesa teremos dois minutos para os Vereadores e as Vereadoras da região, que estão aqui presentes e, depois, para as Associações de Moradores e também para as seis pessoas interessadas no assunto, que já



estão inscritas. Isso totaliza doze falas de dois minutos cada. Em seguida voltaremos a palavra para a mesa para os encaminhamentos finais. Pode ser?

(A plenária aquiesce.)

Com a palavra a senhora Procuradora da República do Ministério Público Federal em Santa Catarina, Analúcia de Andrade Hartmann.

A SRA. PROCURADORA ANALÚCIA DE ANDRADE HARTMANN – Boa noite a todos, a todas e a “todes”. Muito obrigada pelo convite, Deputado Marquito, Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, e gostaria de destacar o termo “turismo”. Em seu nome, eu saúdo todos que estão na mesa, muito especialmente a querida professora Alessandra, que já trabalhou conosco lá no Ministério Público Federal e que sempre colabora conosco, assim como tantos outros especialistas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Na verdade, esse assunto já é corriqueiro para mim e eu disse para o Deputado quando cheguei que eu estava cansada e muito braba (*ri*), mas fiquei um pouco menos braba depois da sua fala, professora Alessandra. E aí o funcionário do IMA vai ter que me desculpar, mas realmente essa tentativa de pulverizar as responsabilidades em cada um de nós não tem cabimento. É mais ou menos como dizer assim: todo ser humano é culpado pela crise das mudanças climáticas. É verdade, todos nós somos, mas muito especialmente são culpados aqueles grandes poluidores, assim como os Poderes Públicos que não tomaram atitudes para prevenir essa crise. Então nós podemos utilizar o mesmo argumento aqui.

Aliás, a nossa Constituição Federal já diz, no artigo 225, *caput*, exatamente isso: o meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito e dever de todos nós, cidadãos brasileiros, mas muito especialmente dos Poderes Públicos, porque eles são investidos de poderes para, justamente, proteger esse meio ambiente e promover ações para que a qualidade de vida seja alcançada e preservada. E se não o fazem, têm uma responsabilidade específica. Aliás, no que diz respeito aos Poderes Executivo e Legislativo, eles se apresentam para serem votados para isso, então têm que cumprir com esses deveres, assim como os nossos órgãos ambientais têm que cumprir com os deles.

A questão do saneamento é uma coisa que, para mim, é até muito difícil de falar. Já foi pontuado, inclusive pelo representante da Casan, sobre a série de ações judiciais que eu propus a respeito disso, seja por ausência de manutenção adequada ou de equipamento adequado da Casan, seja porque nós temos uma população bastante relevante que não está ligada nas redes de coleta ou porque o Poder Público não prioriza isso. E não se pode dizer que não tem recurso para isso, porque tem recurso para tantas outras coisas, tem recurso para passear pelo exterior, tem recurso para fazer engordamento de praias, tem recurso para muitas coisas, mas não ter recurso para combater a poluição e proteger o maior patrimônio da zona costeira de Santa Catarina, não só da Capital, mas da zona costeira do Estado, é um total absurdo, porque essa deveria ser a prioridade número um!

E quando nós falamos de turismo, essa é uma questão muito importante. Eu não consigo conceber que se fale em turismo e se espere que o turista seja atraído por praias poluídas que cheiram mal, que cheiram a esgoto. Todos nós, que moramos e trabalhamos em Florianópolis, sabemos o que é isso. Eu trabalho na Beira-Mar Norte, que é um dos endereços mais valorizados da Capital, e a cada período de chuva cheira a esgoto puro, às vezes é até difícil de suportar. Eu moro na Lagoa da Conceição, onde aquelas algas, a sujeira e a poluição infelizmente estacionaram e, aparentemente, também não existe vontade política suficiente para melhorar essa situação. Bem ao contrário, todos nós sabemos que hoje existem algumas ações do governo municipal que colocam ainda mais em risco aquele ecossistema, aquela bacia hidrográfica no que diz respeito ao que vai ser carreado do bairro Rio Vermelho para dentro da Lagoa da Conceição.

Então, a pedido dos comerciantes da praia de Canasvieiras, ingressamos com uma ação contra a Casan. Já melhorou muito o sistema, sabemos que melhorou, embora hoje a Casan esteja despejando os seus efluentes tratados para dentro do rio Papaquara, que leva para a Esec Carijós e que tem um efeito bastante perverso naquele ecossistema muito importante.

Eu respeito muito os técnicos da Casan, como respeito os técnicos do IMA. Em alguns casos como, por exemplo, a ação da Lagoa das Docas, lá em Ponta das Canas, os



técnicos do IMA apontaram para o Município e para a Casan o que deveria ser feito para diminuir a carga tóxica e quais seriam os principais geradores, as principais fontes de poluição naquela região, que são rios canalizados que viraram depósitos de efluentes de gente que vai ligando lá os seus esgotos. Os técnicos apontaram isso, mas infelizmente não foi possível convencer o Município de Florianópolis, muito especialmente a Floram, de adotar, de acolher aquelas sugestões do IMA para que pudéssemos ter uma melhoria evidente.

E não me digam que esses programas como Sanear Floripa, SOS não sei o quê, sanear não sei o quê, têm algum resultado prático, porque não têm e nem podem ter, gente, porque eles têm uma quantidade de fiscais, de agentes muito pequena. Inclusive na questão da Lagoa das Docas nós fizemos um acordo, homologado judicialmente, para que nessas ações fossem junto os funcionários da Casan, da Vigilância Sanitária e da Floram, só que, evidentemente, a Floram não pode participar. E por que não pode? Porque tem seis fiscais no Município inteiro, na Capital de Santa Catarina, que não estão sequer na Floram, eles estão na Secretaria de Segurança Pública e o Secretário envia quando ele acha que é necessário.

Muito recentemente nós pedimos a verificação de um projeto de recuperação ambiental, homologado pelo Poder Judiciário federal, em que nós recebemos um laudo de um agente de segurança. Ele tirou uma fotografia e disse: tem vegetação no local, mas não tenho capacidade de dizer qual é o tipo, mas tem vegetação no local; e também não sei se é esse o local do PRAD. Essa foi uma resposta ao Judiciário. Então, fica muito difícil.

Há muitos anos eu tenho ação contra a Casan, contra o Município e contra o ICMBio por conta daquela ETE do Rio Tavares, porque ela está no Rio Tavares, embora dita do Campeche, e que, na verdade, foi um investimento para possibilitar a construção de milhares de unidades residenciais na praia do Campeche. Eu já disse isso lá no Saco dos Limões: a população do Saco dos Limões, a Resex do Pirajubaé, os maricultores do Ribeirão da Ilha, os moradores do Rio Tavares, todos estão pagando pelo lucro do setor imobiliário na praia do Campeche (*palmas*). É isso o que está acontecendo.

Eu, sinceramente, até correndo o risco de me colocar contra algumas lideranças ecologistas da região do Campeche, acho que temos que ter consciência de que se o Campeche quer crescer, quer se desenvolver de qualquer maneira, destruindo todo aquele patrimônio natural, ele tem que arcar com o ônus disso também. Então, temos que discutir com muita seriedade o emissário submarino na praia do Campeche. E aí é uma colocação do Ministério Público Federal, que o emissário submarino não receba os efluentes do Pântano do Sul, da Armação etc., mas que haja também uma solução local para esses efluentes.

Esse crescimento desordenado urbano tem que acabar, nós temos que ter consciência disso. É uma convicção de todos nós, é público e notório. O atual Plano Diretor incentiva mais e mais ocupação numa cidade que tem no seu patrimônio natural e cultural os seus maiores tesouros. Isso é impossível, tem que ter responsabilidade.

Eu tive uma reunião muito longa hoje, e até por conta disso fiquei muito cansada, com o novo Procurador-Geral do Município, que demonstrou ter um pouco de vontade de trabalhar junto e de dialogar com o Ministério Público, ao contrário de continuarmos com essa queda de braço com o Município. Foi dito aqui, e eu concordo, que é o Poder Executivo municipal que tem a maior responsabilidade nisso tudo, inclusive de indicar para a Casan, que é a sua concessionária, quais são os rumos a serem adotados.

No caso, por exemplo, do Saco dos Limões, a Procuradoria da Casan juntou uma notificação feita pelo Prefeito determinando à Companhia que fizesse o lançamento naquele bairro. Isso foi feito e está lá nos autos, é formal e oficial. A própria Casan se sentiu ameaçada na sua concessão caso não seguisse uma orientação absolutamente antitécnica e anticientífica do Poder Executivo municipal. Então, isso é muito sério, nós estamos numa situação muito grave.

Eu quero deixar bem claro, para que não se imagine que essa pressão, que essas ações contra a Casan tenham algum intuito de se privatizar esses serviços, que é bem ao contrário. Eu já trabalhei em Joinville, já trabalhei com muitos processos sobre saneamento em Governador Celso Ramos e em Palhoça, que são sistemas que estão fora da Casan, e sei da total ineficiência dessas iniciativas. Joinville, a maior cidade do Estado, não resolve o



problema da poluição no Rio Cachoeira, que é o rio do centro da cidade. Nós temos ação judicial lá e é uma dificuldade enorme conseguir investimento para resolver o problema de saneamento.

Palhoça é uma situação... Eu sempre brinco e o Prefeito de lá não gosta dessa brincadeira, mas eu digo que isso já virou caso de polícia por duas ocasiões. Inclusive a empresa de lá teve que ser encerrada e foi iniciada uma nova, porque houve casos comprovados pelo Ministério Público Estadual de corrupção interna. E nós temos uma ação que diz respeito ao Rio da Madre e à praia da Guarda do Embaú, uma das praias mais bonitas do Brasil, segundo revistas especializadas, e que também não tem sistema público de tratamento de esgoto. Nós temos uma decisão do Tribunal da 4ª Região determinando que todo o Rio da Madre, no Município de Palhoça, seja despoluído, e o Município está há anos para cumprir e não cumpre. Então, isso também não se resolve. [*Transcrição: Reinaldo T. Ouriques / Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O Município de Governador Celso Ramos é outro que também tem uma decisão que foi mantida pelo Tribunal da 4ª Região, determinando que se faça tratamento de esgoto. Governador Celso Ramos tem dezesseis praias paradisíacas e apenas uma delas, a praia de Palmas, tem Estação de Tratamento de Esgoto, que inicialmente era privada e só foi implantada porque fizemos uma recomendação ao empreendedor para que a implantasse. Desculpem-me o pessoal do IMA, mas a Fatma tinha licenciado o loteamento sem a Estação de Tratamento de Esgoto. Nós fizemos a recomendação, a empresa privada fez a instalação e depois de dez anos ou quinze anos doou toda essa instalação para o Município. É o único, todo o restante do Município tem 0% de tratamento de esgoto público. Então, essa questão é muito séria e muito grave.

Eu gostaria de aproveitar que o pessoal do IMA está aqui para dizer que acredito que está na hora de o IMA cumprir duas funções que têm sido relegadas pelo órgão estadual: a primeira função é a de orientar os Poderes Públicos sobre as melhores formas e as melhores práticas para combater a poluição e proteger o meio ambiente. Essa orientação não tem sido dada, o IMA simplesmente faz o seu licenciamento e até agora – a não ser que seja acatada a recomendação do Ministério Público Estadual – não tem levado em consideração os cenários das mudanças climáticas, o que é muito sério. A outra situação é o monitoramento e o controle das delegações dadas aos órgãos municipais de meio ambiente. Isso também não tem sido feito, pois se tivesse sido feito a Floram já não teria essa delegação, uma vez que ela não tem a menor condição de fazer licenciamentos ambientais ou, como sempre, na maior parte do tempo ela não faz, abre mão do licenciamento e dá uma declaração de atividade ou obra para a qual não é necessário licenciamento ambiental. A Floram não tem equipe técnica, não tem laboratório, não tem sequer fiscais, e tem sido alvo de uma investigação muito séria do Ministério Público Estadual. Então, essas duas funções deveriam ser levadas mais em consideração.

Eu queria deixar aqui uma proposta. Esta é a terceira vez que eu participo de uma discussão na Assembleia Legislativa sobre saneamento. Eu estava lembrando hoje, a última foi há uns dez anos, com o Deputado João Amin, que inclusive chamou agências de outros Estados para discutir tecnologias mais modernas de tratamento de esgoto. Essa é uma coisa importante, está na hora de todos os Poderes Públicos realizarem as suas licitações e os seus projetos levando em consideração a melhor tecnologia e não a mais barata ou a mais simples (*palmas*). Eu acho que a população brasileira, especialmente a sociedade de Santa Catarina e de Florianópolis, merece esse tipo de investimento: a melhor tecnologia. Por outro lado, nessas ocasiões, para que não se perca mais uma vez, porque já é a terceira reunião e, infelizmente, na última vez, apesar de várias sugestões importantes e aportes, inclusive de informações de outros países, nós não avançamos nessa discussão que é tão importante. Então, eu acho que esse assunto tem que se tornar público, a população tem que saber.

E correndo o risco de mais uma vez ser chamada de arauto do apocalipse (*ri*), eu acho que nós temos que lembrar, lembrar e lembrar que estamos em uma encruzilhada, o ser humano e a sociedade humana estão em uma encruzilhada: ou nós fazemos alguma coisa para preservar o mínimo de qualidade de vida e até de vida neste planeta, ou o que nós vamos legar para as populações futuras é nada, é um grande deserto e uma vida impossível.



Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – E isso porque a doutora Analúcia Hartmann está cansada, gente. (*Risos.*)

Nós acabamos aqui esta primeira etapa. Peço muita atenção, porque as falas serão de dois minutos, então peço que direcionem as questões para a mesa ou façam as contribuições para os encaminhamentos da audiência.

E conforme eu falei, vou iniciar pela ordem de chegada dos Vereadores. Após dois minutos será cortado automaticamente o som do microfone.

Passo a palavra para o Vereador de Florianópolis, Afrânio Boppré.

O SR. VEREADOR AFRÂNIO BOPPRÉ (Florianópolis/SC) – Marquito, parabéns pela iniciativa.

Eu vou direto ao tema das obras que são feitas de uma maneira errônea e agravam a situação da orla, especialmente continental.

Foi liberada agora uma lei que autoriza a Prefeitura a fazer a continuidade da chamada Beira-Mar do Continente. Na primeira fase eles acabaram com a praia, porque jogaram caçambas com cabeças de pedra e não tem mais praia. Quem caminha na Beira-Mar do Continente sabe que não tem areia, não tem sequer espaço para atracação das embarcações – inclusive ali é uma colônia de pesca. E agora está autorizada a segunda fase, e nós não podemos aceitar que seja feita a extensão com a mesma ignorância e com a mesma agressividade.

Então, além de nos preocuparmos com a água, que é o tema-chave aqui da nossa conversa, a orla, a praia propriamente dita tem que ser pensada. E a Assembleia Legislativa tem que se envolver, porque estendendo a Beira-Mar Continental vai chegar à fase de São José, que está diretamente envolvida com a nossa região. E não pode ser assim: o Prefeito de Florianópolis faz o que quer, o de São José faz o que quer e o de Palhoça faz o que quer. Tem que haver uma integração, por isso a importância do Poder Legislativo também se envolver neste debate. E espero que a Casan não vá lá dizer que está tudo certo, pois ela também tem responsabilidade devido à extensão das canalizações. Quem conhece, por exemplo, a Rua São José, sabe que toda a semana está tendo vazamento de esgoto. É uma fedentina inaceitável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Mais trinta segundos para concluir.

O SR. VEREADOR AFRÂNIO BOPPRÉ (Florianópolis/SC) – Eu me criei na praia do Balneário e foi muito triste quando eu, ainda criança, vi chegar os caminhões e os operários batendo com marreta e colocando aquelas placas dizendo: praia imprópria para banho. Eu vivi uma época em que [a água] era cristalina, não tinha cheiro, era uma coisa maravilhosa. Estão matando a galinha dos ovos de ouro.

Esta semana teve eleição lá no Reino Unido e o vitorioso da eleição tinha um *slogan* que dizia: *stop the chaos*. Ele ganhou a eleição no Reino Unido. Vocês sabem qual é a tradução? Parem o caos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Obrigado.

Eu peço desculpa por ter que cortar a palavra e ter que mediar toda essa dinâmica, eu gostaria de estar em outro papel aqui, posso garantir para vocês.

Passo a palavra para a Vereadora de Florianópolis, Tânia Ramos, por dois minutos.

A SRA. VEREADORA TÂNIA RAMOS (Florianópolis/SC) – Obrigada, Deputado Marquito. Quero lhe parabenizar pela iniciativa, é sempre muito importante para a nossa cidade.

Vou brincar um pouquinho com a doutora Analúcia: se hoje, mesmo cansada, ela fez essa fala, no dia em que ela chegar bem vai mandar prender esses cabras todos que estão acabando com a nossa cidade!

Gente, dando continuidade à fala do Afrânio, quero apenas chamar a atenção para o que já foi dito aqui sobre o Plano Diretor, porque nós temos que colocar todos os dias, sim, e é o que nós fazemos dentro da Câmara de Vereadores. Foi aprovado um Plano Diretor totalmente voltado e pensado para a destruição das nossas praias.

Eu moro aqui na Coloninha, também me criei aqui tomando banho na Praia do Balneário, na Praia de Coqueiros, na Praia do Meio. Então, temos conhecimento a respeito e isso nos dói. É muito triste vermos as nossas praias... Para quem não conhece a nossa



história, antigamente aqui no Estreito o povo vinha veranejar junto com os tripeiros, eram aqui nessas praias que o povo vinha, para vocês terem noção de como as nossas praias eram cristalinas, lindas e serviam para a nossa população.

Encerrando a minha fala, Deputado, quero dizer que é triste ver isso. Eu já participei de vários debates, e tenho certeza de que várias pessoas aqui já participaram também, mas não conseguimos, doutora Analúcia Hartmann, estancar tudo isso, nós não conseguimos avançar. Então, eu acho que nós temos realmente que pensar nas próximas eleições para que tenhamos a mudança, porque se quisermos realmente mudar este Município, este Estado, nós temos que começar a mudar essas pessoas que estão vendendo a nossa cidade. (*Palmas.*)

Quero deixar aqui um abraço fraterno e dizer que vamos continuar na luta, sim, não vamos abrir mão. Se tiver dez audiências públicas, nós vamos estar junto com esse povo, que eu sei estará lá discutindo, assim como a senhora (*dirige-se à Procuradora Analúcia Hartmann*) vai estar junto. Na próxima vez manda prender todos, por favor (*risos*).

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Passo a palavra para o Vereador de Florianópolis, Professor Cadu, por dois minutos também.

O SR. VEREADOR PROFESSOR CADU (Florianópolis/SC) – Boa noite, Deputado Marquito, quero parabenizá-lo pela audiência. Cumprimento os demais integrantes da mesa, o Rui, que está aqui também, e a Analúcia Hartmann.

Eu, a Tânia e o Afrânio, inclusive, saímos agora de uma sessão que aprovou a LDO e as emendas voltadas para o Continente foram rejeitadas, certo? Vai diminuir o orçamento para o Continente.

O Vereador Afrânio citou aqui a Rua São José, mas também a Rua José Cândido tem esgoto saindo a céu aberto, os moradores que lá vivem sabem da situação há um bom tempo, inclusive a Casan esteve ontem fazendo um paliativo. E se hoje continua o vazamento de esgoto na praia, isso me faz repensar aquilo que já foi escrito por alguns autores, inclusive um deles é Henri Lefebvre, que disse: até que ponto uma cidade é mercadoria ou é um direito do povo, de quem nela mora, de quem nela vive e trabalha?

Florianópolis não pode se transformar em uma Miami, onde o único interesse é o da especulação imobiliária. Florianópolis tem que ter a capacidade de reformular as suas políticas, inclusive o Plano Diretor, que ajudaria e muito a garantir, neste momento, uma cidade com direito a todos e a todas, mas isso vai precisar de muita mobilização social, porque a doutora Hartmann, que está cansada aqui, não vai conseguir fazer sozinha. Eu acho que é nesse sentido que caminha uma mobilização comunitária, garantindo outra perspectiva para a cidade que não seja única e exclusivamente a especulação imobiliária, fazendo barrar esse projeto antissocial e antipedagógico. É uma cidade que nós estamos vendo cada vez mais diminuindo o acesso à população, prejudicando o meio ambiente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Trinta segundos para concluir.

O SR. VEREADOR PROFESSOR CADU (Florianópolis/SC) – E tudo isso em favor do lucro de pouquíssimas pessoas. Esta cidade não pode estar à venda.

Eu parabenoza vossa excelência pela realização da audiência exatamente por isso. É um marco para garantir a mobilização da sociedade e barrar o que vem acontecendo em Florianópolis.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Eu agradeço a compreensão.

Agora vou passar a palavra às representações das Associações de Moradores, começando pelo Leonardo Contin da Costa, presidente da Associação de Moradores de Coqueiros (Pró-Coqueiros).

O SR. LEONARDO CONTIN DA COSTA – Boa noite. Cumprimento o Deputado Marquito, a mesa e toda a comunidade aqui presente.

Esta audiência pública surgiu a partir de um fato ocorrido no mês de maio deste ano. Nós tivemos uma mortandade enorme de peixes na região das praias de Coqueiros, Abraão e Itaguaçu e também no Município vizinho de São José. Tivemos um cheiro terrível de



esgoto, muito forte, muito mais do que o normal no mês de março e uma mancha muito grande no mar, na baía aqui da região de Coqueiros.

Nós chamamos, na época, diversas instituições, fizemos contato com a Casan, o IMA, a antiga Fatma, a Assembleia Legislativa, o Ministério Público e a Marinha, para que vissem o que estava acontecendo e apresentassem para nós uma solução sobre o ocorrido, mas desde o mês de março nós não tivemos respostas. Os órgãos estiveram presentes, vieram até o nosso bairro, a nossa praia, a nossa orla e fizeram análises. A resposta que nós tivemos foi da Universidade Federal, mas os órgãos competentes que deveriam dar essa resposta, que deveriam se aproximar da comunidade, não fizeram isso. Até hoje estamos esperando respostas do que ocorreu no mês de março nas nossas praias. O Deputado Marquito – receba o meu cumprimento, Marquito – esteve representando a Assembleia Legislativa na Praia da Saudade e dialogando conosco e foi a partir disso que surgiu a ideia desta audiência pública. Isso não afetou apenas a nossa baía sul, mas toda a região, o Estreito também teve essa mancha no mar e até hoje não tivemos respostas.

Quando nós fomos eleitos para a diretoria da Pró-Coqueiros, em agosto do ano passado, a comunidade colocou como uma das prioridades que nós lutássemos pela balneabilidade das nossas praias, e seguimos lutando. Vejo aqui vários pré-candidatos a Vereador, a Prefeito, enfim, gente, se vocês querem ser eleitos, coloquem isso na pauta de vocês e, depois de eleitos, lutem por isso. É uma luta que nós queremos, a comunidade coloca isso como prioridade. *(Palmas.)*

Eu gostaria de sugerir, já que é uma audiência propositiva, que os órgãos ambientais, como a Casan e o IMA, estivessem mais próximos da comunidade e dessem respostas. Nós precisamos dessas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Trinta segundos para concluir.

O SR. LEONARDO CONTIN DA COSTA – E, por fim, a questão do Plano Diretor.

Eu queria questionar se a Casan está preparada para essa mudança no Plano Diretor, que vai trazer muito mais gente para morar nos nossos bairros? A Casan foi ouvida e vai conseguir acompanhar o aumento da demanda?

Por fim, doutora Analúcia, nós somos muito fãs da senhora e do seu trabalho. A senhora nos representa e já fez mais pela nossa cidade do que muitos Prefeitos que passaram por Florianópolis. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Obrigado.

Passo a palavra para o senhor Rodrigo Bungus e Sibyla Loureiro, vice-presidente da Associação de Moradores de Coqueiros (Pró-Coqueiros).

O SR. RODRIGO BUNGUS E SIBYLA LOUREIRO – Eu só queria dizer que a senhora é uma baita *(dirige-se à Procuradora Analúcia Hartmann)*. E queria agradecer a presença de todos vocês, foi uma luta árdua da Pró-Coqueiros conseguir fazer esta audiência. Quero agradecer muito ao Marquito por ter encampado isso.

Eu sou biólogo ambientalista, morador aqui de Coqueiros desde que nasci, há 56 anos. Tomei banho nessas praias, presenciei quando se podia tomar banho e não se ficava doente.

Eu queria contestar a fala do representante da Casan quando ele diz que uma ETE terciária... Ela já está fora de uso em vários países do mundo, pois hoje se fala em quaternária, que é aquela que propicia a água sair própria para o consumo. A Casan, inclusive, não quer gastar nem com a revitalização de uma rede sucateada, quanto mais com uma ETE que funcione de fato, e aí nós não estaríamos nem falando da necessidade de um emissário submarino, porque uma ETE quaternária deixaria a água potável novamente.

Então, como bem falou a doutora Analúcia, nós precisamos de investimentos da Casan, precisamos que a Prefeitura exija isso da Casan, que tenha isso como um norte, que o serviço seja ótimo e não seja este que está sendo oferecido agora, que é muito aquém da necessidade da população. Tudo isso que nós estamos assistindo, em termos de balneabilidade imprópria, é por conta de uma sequência...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Trinta segundos para concluir.



O SR. RODRIGO BUNGUS E SIBYLA LOUREIRO – ...de Prefeitos que não fizeram o dever de casa, nem exigiram da Casan o serviço que deveria ser feito.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Passo a palavra para a senhora Vera Lúcia Bridi, vice-presidente da Associação de Moradores e Pescadores do Farol de Naufragados.

A SRA. VERA LÚCIA BRIDI – Eu fui representante do distrito do Ribeirão da Ilha durante o Plano Diretor Participativo, de 2008 a 2016 e esse debate sobre as Estações de Tratamento de Esgoto no Município de Florianópolis e na região da Grande Florianópolis foi bem intensificado desde o ano 2000. Então, faz vinte e poucos anos que não existe nenhuma proposição alternativa às proposições iniciais que ocorrem sempre pelo Município e pela Casan. Nunca nos apresentaram, na verdade, um plano municipal integrado que faça considerações do tipo se vai ter rede de tratamento e para quem. É para as áreas que ainda não estão construídas, mas a construção civil vai adensar e vai criar ainda mais esgoto ou para as populações que hoje ainda estão lançando o esgoto nos canais, mesmo que sejam pluviais, porque quem reside ali nem rede tem e quando tem rede não vai para lugar nenhum?

As ETEs que têm sido propostas e instaladas não têm a eficácia necessária para garantir a salubridade das águas marinhas, principalmente das baías. Para quem não conhece – acho que todos aqui sabem –, nós temos várias comunidades tradicionais de pesca artesanal e, como tal, nós temos o direito a consultas públicas bem informadas. Nós queremos saber qual é o plano integrado de toda a Grande Florianópolis e qual a eficácia desse tratamento, porque a eficácia de tratamentos terciários não dá conta dos vírus aqui comentados, nem da leptospirose e de uma série de metais pesados e tudo o mais que vai para essas águas. E tudo o que está nas águas, está dentro dos peixes, dentro dos moluscos e dentro da nossa comida. A insegurança alimentar é extremamente propiciadora de um monte de cânceres, que não aparecem subitamente, e pode realmente ter hepatites concentradas em moluscos e em peixes também, que matam se isso não for saneado.

Então, nós queremos saber se esses noventa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Trinta segundos para concluir.

A SRA. VERA LÚCIA BRIDI – Nós estivemos em inúmeras audiências e eles têm a audácia de falar que tem 98% de eficácia nas estações de tratamento. Não se iludam.

E o volume, gente? Só na ETE do Rio Tavares, que drena o montante de um Rio Tavares, querem colocar cinco Rio Tavares por dia de esgotamento final em uma estação. É impossível!

Então, se a população é culpada de alguma coisa, é de não saber votar, é de votar em pessoas que não defendem os interesses da população. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Obrigado, Vera.

Passo a palavra para a Lizete Leonardo Contin, da Associação de Moradores de Coqueiros (Pró-Coqueiros).

A SRA. LIZETE LEONARDO CONTIN – Boa noite a todos.

Eu sou aposentada da Secretaria de Estado da Saúde e atualmente sou conselheira de Saúde aqui em Coqueiros. E durante o período em que fui profissional da saúde eu trabalhava muito, brigava muito, porque saneamento básico, água, lixo, esgoto e saúde estão diretamente relacionados. Não dá para separarmos isso.

Eu queria cumprimentar também a nossa Procuradora e dizer que me orgulha muito (*palmas*), porque ela é mulher. O Prefeito de Florianópolis deveria ouvi-la mais, e nós lamentamos que ele não esteja aqui escutando tudo o que está sendo falado hoje.

Nós temos que pensar também nas novas gerações, não podemos querer uma cidade só para nós, agora. Nós estamos brigando por Coqueiros, que é o nosso bairro, porque nós, há quarenta anos, tomávamos banho ali na Praia de Itaguaçu, nas nossas lindas praias, que continuam lindas, porém, embora muitas crianças tomem banho nessas águas... No dia em que houve a mortandade de peixes, eu lembro que várias instituições estavam discutindo e eu fui lá e eles me disseram: nós garantimos para a senhora que não tem esgoto. E eu disse: eu garanto que tem. E nós fizemos análise independente e provamos que, infelizmente, tinha esgoto.



É preciso discutir estratégias de lançamento dos efluentes, então eu pergunto para a Casan: para onde vão os efluentes hoje? Quem fiscaliza o esgoto clandestino, hoje, aqui em Florianópolis, em Coqueiros? É feita fiscalização? Porque para dizermos que não há esgoto no mar, é preciso uma fiscalização séria. Se a Floram tem meia dúzia de pessoas, quem fiscaliza? Não é fiscalizado! Então nós não sabemos nada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Trinta segundos para concluir.

A SRA. LIZETE LEONARDO CONTIN – Outra questão que eu também coloco é que foi dito que é preciso trazer a comunidade para discutir e para sentar junto. Nós temos, hoje, a Associação de Moradores muito bem estruturada, lutando, brigando, e não é chamada para discutir junto. Nós queremos estar junto com as instituições, sim, porque nós vivemos no bairro, nós sabemos onde é que está o problema. Nós queremos ser ouvidos! (*Palmas.*)

Estamos em período pré-eleitoral, gente, vamos eleger bem os nossos Prefeitos, por favor. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Passo a palavra para o senhor Márcio de Oliveira, que já foi da Associação de Moradores do Estreito.

O SR. MÁRCIO DE OLIVEIRA – Pela hierarquia, primeiro fala o César, presidente do Conseg do Estreito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Então passo a palavra para o César Romero Borges de Barros, presidente do Conseg do Estreito, Florianópolis.

O SR. CÉSAR ROMERO BORGES DE BARROS – Boa noite a todos. Boa noite, Marquito. Primeiro eu gostaria de agradecer e parabenizá-lo pela iniciativa, até mesmo porque é uma iniciativa.

Eu sou presidente do Conseg do Estreito e também faço parte da diretoria do Conselho Comunitário do Balneário e essa matéria está sendo muito debatida no nosso bairro, sendo objeto de reuniões. Realizamos reuniões com o Filipe, que fez algumas menções das nossas reuniões, e com a doutora Analúcia também, sobre essa matéria, e hoje estive na Aresc conversando sobre as denúncias realizadas e falei ainda com o Bruno, da Secretaria do Meio Ambiente, ou seja, é um assunto que nós estamos levando muito a sério, não só apresentando, mas oficiando, formalizando, seguindo o caminho burocrático, o caminho oficial para que as medidas sejam tomadas. E nós estamos recebendo esses retornos e acreditamos que vamos evoluir.

Não vou me prolongar, mas farei duas colocações.

Primeiro, Marquito, você iniciou a sua apresentação indicando que 70% das casas vistoriadas no Se Liga na Rede constavam como tendo irregularidades. Eu peço que esses dados sejam depurados, porque não são 70% das casas com irregularidades, até podem ter irregularidades, mas não ligação de esgoto irregular. Isso eu sei porque estive analisando esses dados e diria até que menos de 10% das casas, pelo menos posso falar pelo meu bairro, que é o Balneário e é um foco de atenção, têm ligações irregulares, as outras são irregularidades, ou de caixa de esgoto, ou de alguma saída específica, e esses números não podem se confundir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Trinta segundos para concluir.

O SR. CÉSAR ROMERO BORGES DE BARROS – Esse é um ponto muito específico.

A minha complementação, nos trinta segundos, é um convite que faço a todos para que seja formada, como a doutora Analúcia falou, uma comissão permanente de balneabilidade (*palmas*). Esse é o ponto. Este mesmo convite que faço agora aos Vereadores aqui presentes fiz ao Prefeito Topázio, à Câmara de Vereadores, que espero que esteja presente, ao Vereador Bruno Becker, ao Filipe, à doutora Analúcia, em todas as reuniões, e, hoje, à Aresc.

Então, que todos os agentes sentem à mesa e nós, como organização social organizada, estejamos presentes. Fica o convite.

Obrigado (*Palmas.*) [*Transcrição: Rafael José de Souza / Leitura: Janis Joplin Zerwes Leite / Leitura Final: Marivânia Pizzi*]



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Passo a palavra para o Márcio de Oliveira, que já foi da Associação de Moradores do Estreito.

O SR. MÁRCIO DE OLIVEIRA – Eu peço desculpas, porque não estou acostumado a falar em público – estou desempenhando aqui um papel e espero, com isso, estar beneficiando as minhas próximas gerações. Mas algumas pessoas da mesa me conhecem, já estivemos juntos, e quero parabenizar todos, inclusive o Filipe, que veio e está dando a cara a tapa, enquanto tem gente que foi convidada e não veio, nem mandou representantes.

Então, como morador, e serei bem sucinto, o que eu vejo é esgoto todos os dias na praia. Se é a Casan, se é o morador, não me interessa, nós queremos a praia limpa.

O Marquito falou em proposições, e o que eu vejo ali? Precisa de uma fiscalização efetiva. Todos aqui já citaram os problemas, que são de décadas, está tudo registrado, mas qual foi a solução adotada? Só protelação. Mas temos que fiscalizar também quem fiscaliza e que hoje não compareceu.

Eu espero que daqui para frente o quadro da questão do saneamento mude na cidade. O Balneário é um ponto crítico, porque para quem não sabe, todo o esgoto da área continental do Abraão, daquela bacia, embaixo da ponte é bombeado, passa pelo Balneário até chegar ao Jardim Atlântico e depois em Potecas, e eu garanto que o que sai dali não é tudo o que chega lá, um pouco se perde no caminho. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Agora nós temos uma bateria aqui para falar: Fabrício Flores; Moacir Reis, morador de Coqueiros; Édio Fernandes, o Jajá; professor Paulo Horta; Gelson Vieira; Valdinei Marques e Josiane, do remo.

Passo, então, a palavra para Fabrício Flores Nunes.

O SR. FABRÍCIO FLORES NUNES – Boa noite. Saúdo a mesa e agradeço ao Marquito e à Associação de Moradores por terem provocado esta reunião.

Dois minutos é muito pouco para a gente se afastar um pouco da raiva que surge quando esse tema é aberto para audiência pública. Eu estou tremendo realmente de nervoso, porque há mais de dez anos teve uma reunião igual a esta no norte da Ilha, na qual eu me lembro que o Kiko estava presente. Mas só muda a apresentação, muda a pessoa que é o “boi de piranha”, que tem que representar a instituição aqui na mesa e levar as porradas, porque mesmo após uma década não temos uma reunião na qual possamos aplaudir quem está envolvido com isso, que é a Prefeitura, a Casan, o IMA, a Floram. E temos que estar nervosos, porque somos moradores aqui e não conseguimos entrar no mar; temos medo de comer o que vem lá de dentro e estamos preocupados com os quem vêm depois da gente, que é a minha filha, a filha de vocês. Então, realmente eu estou tremendo de nervoso, porque dois minutos é muito pouco.

Eu só queria fazer alguns lembretes, porque temos que ser propositivos. Não temos como falar das águas da baía se não considerarmos uma gestão por bacia hidrográfica. Não adianta Florianópolis falar e São José, Biguaçu, Governador Celso Ramos e Palhoça não estarem aqui. Isso aqui é um canal, o que se dá de descarga lá no Maciambu, estoura na Daniela. Nós precisamos ter uma gestão, através da Alesc, e obrigatoriamente chamar essas pessoas para estarem aqui, senão não há solução, e a culpa não é de quem mora aqui, a culpa é de quem educa quem mora aqui também. Então, a Prefeitura tem que estar aqui dentro, sim!

Eu venho com essa ira porque cheguei em Florianópolis em 1993 e fui impactado pelo que acontecia no Rio da Bulha, que fica na frente do Instituto Estadual de Educação, que hoje foi coberto, não vemos mais o esgoto a céu aberto porque ele está canalizado, mas a merda está lá, assim como em outros lugares também. É inadmissível sermos a Capital Nacional das Ostras com esse mar na situação em que está!

Há dez anos nós tínhamos mais de 250 maricultores e hoje são 60 maricultores. Isso está morrendo, está acabando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Mais trinta segundos para concluir.

O SR. FABRÍCIO FLORES NUNES – Vou tentar concluir em trinta segundos. Muito obrigado por essa fala, mas é necessário isso.

Existe uma coisa chamada gerenciamento costeiro, gente. Por que a Casan e as entidades teimam em contratar consultores importados? Contratem a Universidade Federal



de Santa Catarina e o IFSC (*palmas*), sairá mais barato e terá mais legitimidade – que essas consultorias externas venham através da curadoria da Universidade e do Instituto Federal de Educação. E chamem também a inovação, não somos a Capital do Vale do Silício, da Inovação, da Economia Criativa? Cadê esse povo? (*Palmas.*)

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

Em outubro tem eleição, galera! E só vai ter solução se tirar quem está aí há trinta anos sem fazer nada. Troca! Troca a mente! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Passo a palavra para Moacir Reis, morador de Coqueiros.

O SR. MOACIR REIS – Boa noite a todos.

Eu nasci em Coqueiros, em 1952, sou da época em que quando você mergulhava saía com sal nas costas e tinha que tomar um banho de água doce (*risos*). Eu trabalhei no Departamento de Saúde, o DASP, em 1974, nós fazíamos a coleta de água para análise e naquela época alguns pontos já apareciam contaminados. Eu fui presidente da Associação de Moradores aqui em 1986 e uma das lutas era essa, ou seja, descobrir o que estava acontecendo.

A professora até fez aquela avaliação, e o que eu ia falar estava dentro disso, que a maré trabalha nos dois sentidos, sobe e desce trazendo oxigenação da água. Mas, aí, o que aconteceu? O primeiro bloqueio que teve foram os dois pilares da Ponte Hercílio Luz, que já diminuíram o espaço. Depois construíram as duas pontes... Antes disso um navio que vinha de Joinville, cheio de bicicleta e madeira, partiu e afundou ali. Quando eles fizeram os aterros, a água batia naquela subida do Hospital de Caridade e aquela lama toda veio para dentro desse canal. Então, o que aconteceu? Esse navio – aqui embaixo da ponte era porto – passava pela Baía Sul entre a Ilha do Papagaio e a parte do continente, aquilo ali era muito fundo. O rio lá começou a jogar areia, foi fechando, encostando na Ilha do Papagaio, aí o pessoal foi lá, colocou barro em cima e fez todas aquelas casas ali naquela ponta – aquilo ali tem que ser retirado, senão jamais conseguiremos oxigenar a água de novo. A quantidade de água que cai dos rios com esgoto é pior, porque a água está ficando salobra. Era cheio de berbigão aqui em Coqueiros e acabou tudo, todas as coisas vivas que dependem da água salgada vão acabar.

Temos mais algumas coisas para falar, mas deixaremos para encaminhar por escrito para vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado.

Passo a palavra para o senhor presidente da Associação Amigos do Estreito, Édio Fernandes, o Jajá.

O SR. ÉDIO FERNANDES – Boa noite a todos e a todas, principalmente à doutora Analúcia, minha colega de Plano Diretor de 2007 a 2014. Nós escutávamos a senhora falar e era excelente. O Plano Diretor foi participativo, eu era membro titular do Núcleo Gestor do Plano Diretor representando a área continental até 2014, quando foi judicializado. Então era um Plano Diretor que teve participação efetiva, mas recebeu trezentas emendas e isso acabou com ele. Então fica complicado. E respondendo à representante da universidade, que falou muito em Plano Diretor, ele iria dar um norte para nós, mas infelizmente aconteceu isso.

Mas eu serei pontual, como a Casan não foi pontual. O esgoto no Balneário – eu moro no Estreito, terra em que nasci e me criei – não é pontual. Todos os dias esse esgoto cai no mar, principalmente perto da pedra das Três Irmãs, onde eu mergulhei muito quando tinha os meus 14 anos, 15 anos, hoje eu tenho 67 anos – faz muito tempo isso.

Então, sinceramente, eu peço ao representante da Casan: já que é um investimento de mais de R\$ 250 milhões, que é o valor dessa Estação de Tratamento em Potecas, que se abra uma audiência pública para explicar isso para a comunidade. É o principal investimento da Casan e a explicação é somente para meia dúzia? Tem que ir para a área continental. Tem até pessoas que são moradoras...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Mais trinta segundos para concluir.

O SR. ÉDIO FERNANDES – Obrigado, senhor Deputado.

Eu peço encarecidamente ao senhor que abra uma audiência pública para explicar esse investimento. Como o representante aqui do Balneário falou, até chegar a Potecas o



esgoto cai pelo caminho, não passa da Escola de Aprendizes-Marinheiros. Ali existem várias elevações jogando esgoto direto no mar. Então abra, por favor, essa audiência pública.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Obrigado.

Passo a palavra para o professor Paulo Horta.

O SR. PAULO HORTA – Boa noite a todas, a todos e a “todes”. Parabéns, Deputado Marquito, e Comissão de Turismo e Meio Ambiente. Doutora Analúcia Hartmann, não fui seu aluno, mas sempre dá um banho, querida, um banho, uma aula; seu João, a minha admiração total pelo senhor; minha colega Alessandra; meu colega do IMA, todos aqui à mesa e todos que estão aqui presentes, bom dia.

Primeiro, quero dar os parabéns a todos pela participação, porque é assim que fazemos a democracia. A democracia é participativa e o Poder Executivo de Florianópolis e de todas as cidades tem que ouvir a voz do povo. Isso é fundamental.

Tentarei ser breve para trazer alguns elementos. Primeiro, é urgente, não temos mais tempo, pessoal, porque saneamento básico é uma questão de direito inalienável de cada um de nós. É fundamental lembrarmos isso, porque a inobservância desse fato é crime, e é pior, porque na nossa cidade a natureza é sujeito de direito. Então, é hediondo, porque está acontecendo repetidas vezes aquilo que se chamou numa excelente peça jurídica, que é uma irresponsabilidade organizada por décadas, por diferentes governos. Portanto, temos que já cobrar responsabilidade de todos, porque do contrário estaremos privando gerações daquilo que são seus direitos. E um ambiente saudável e equilibrado é um direito humano reconhecido pelas Nações Unidas, para além da Constituição Brasileira, e isso foi reconhecido no ano passado. Portanto, é urgente que as pessoas se lembrem de que elas também têm o direito de cobrar. Então, mais do que catar lixo na praia ou cuidar, de fato, do ato pessoal... o ato pessoal de votar é fundamental para que mudemos essa realidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Trinta segundos para concluir.

O SR. PAULO HORTA – Deixarei três recomendações e uma sugestão. Primeiro, revogar o Plano Diretor já! (*Palmas.*)

Segundo, é fundamental priorizarmos, de fato, o saneamento básico. Isso tem que ser uma prioridade. A primeira coisa que deve ser feita no dia 1º de janeiro do ano que vem é resolver os problemas que se acumularam, que são os problemas que estão nas baías, e isso será feito através de uma comissão emergencial deliberativa composta pelas Associações de Moradores e por todas as demais organizações. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado.

Passo a palavra para o senhor turismólogo e morador do Pântano do Sul, Gelso Vieira Fernandes.

O SR. GELSO VIEIRA FERNANDES – Boa noite a todos, a todas e a “todes”. Eu quero agradecer primeiramente o Deputado Marquito, o pessoal que compõe a mesa, a doutora Analúcia, a Alessandra e o senhor João. Aqui nós tivemos uma aula, não é?

Eu sou turismólogo e aqui tivemos uma aula e com isso teremos os encaminhamentos. Eu sou egresso do IFSC e tenho muito orgulho de estar aqui falando dessa instituição que treina pessoas para que possam trabalhar o peixe, as questões que envolvem o turismo. E quero convidar a professora Alessandra e o Paulo a darem uma atençãozinha lá, e já conversei com o diretor Mateus, do Pântano, do Sul, para que possamos trabalhar essa questão da planície. Então, queremos dar esse encaminhamento.

É muito interessante percebermos as pessoas que foram convidadas e não estão aqui, e se essas pessoas não dão a devida atenção e a valorização para esse movimento, não devemos votar nelas.

Era isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Passo a palavra para o senhor membro do Comitê Popular Sul, Valdinei Marques.

O SR. VALDINEI MARQUES – Boa noite a todos, a todas e a “todes”, e os meus cumprimentos à mesa.



Vou ser breve. A Casan gastou bilhões ou milhões na descontaminação e na despoluição da Beira-Mar Norte, que continua poluída. A gente já se esqueceu disso? Não!

O Plano Diretor foi citado aqui várias vezes, por várias pessoas, deu liberdade para novas construções e eu pergunto para a Casan: é feito um estudo do impacto onde será feito o esgotamento dessas construções? Se aquela rede suporta mais e novas construções? Eu acho que não.

Eu sou de uma época, como foi falado pela Tânia, em que tomávamos banho aqui no Itaguaçu, era conhecida como Praia do Itaguaçu, mas hoje, se você perguntar qual é aquela praia, respondem que é a Praia do Cagão. Esquecemos? Não. Será que essas novas praias do Cagão vão existir no restante da Ilha?

Eu faço parte do Comitê Popular Sul da Ilha, mas estou aqui no Continente, e por que estou aqui? Porque estamos todos juntos nesta nossa cidade (*palmas*). É verdade, sou do sul da Ilha e estou aqui no Continente, mas se tiver uma reunião no sul da Ilha eu quero que vocês estejam lá. Como foi falado, por dez anos, doze anos, nove anos foram somente reuniões e mais reuniões. Temos que mudar não só o gestor desta cidade, que é o Prefeito, mas também os Vereadores, os quais estão na Câmara de Vereadores e não fazem nada, não discutem e não estão aqui para debater.

Precisamos sair daqui com um encaminhamento para realmente termos efetividade naquilo que vamos fazer. Precisamos sair daqui com o Ministério Público, com todos, com todas e com “todes” envolvidos, criar um comitê, uma comissão e realmente fazer as coisas acontecerem. Eu convido vocês que estão aqui e a mesa para sairmos daqui e não ficarmos só na falácia ou nos documentos, nem apenas gerando conteúdo para a Internet, mas que realmente tenhamos efetividade.

A Tapera tinha extrativismo e sumiu o berbigão de lá. Eu sou filho de pescador, fui criado no peixe, e quem come peixe hoje? Ninguém. Portanto, que saíamos daqui com essa missão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Passo a palavra para a atleta paraolímpica de remo, Josiane Lima.

A SRA. JOSIANE LIMA – Boa noite a todas as pessoas presentes. Parabéns, Marquito, por esta iniciativa. Cumprimento também as mulheres da mesa, a presença de vocês é fundamental para a nossa presença na política.

Eu quero falar que passamos por muitas plenárias, mas o nosso problema é político, a mentalidade política nefasta que aprova um Plano Diretor como esse que foi aprovado em Florianópolis. É um crime ambiental.

A Vereadora Tânia acabou de sair da Câmara dos Vereadores, mas são 23 Vereadores, dos quais 19 são da base do governo votando contra a população, votando contra a preservação ambiental, votando contra audiência pública para discutir a saúde das pessoas. Então, o nosso problema é a mentalidade política que está colocada no nosso Estado, principalmente – eu sou pré-candidata a Vereadora também combatendo o discurso de ódio -, porque esse tipo de política está embutida no discurso de ódio, da destruição e da venda da vida, que vale poucos milhões de reais, e na verdade o valor da vida está realmente no meio ambiente e na preservação dos manguezais.

Eu sou filha de pescador do Sambaqui, senhor João. Pesquei com meu pai a vida inteira, sei o que é colocar uma pomboca na proa do barco e pescar camarão. Mas hoje não temos mais camarão, não temos mais berbigão. Eu sou do Sambaqui e pescava ali na saída do Rio Ratoles, mas hoje sou remadora paralímpica.

Esse é um problema político que precisamos combater de forma política. Não adianta virmos aqui, como o senhor João falou, porque são décadas convivendo com o mesmo problema e com a mesma mentalidade política tomando à frente das políticas públicas em Florianópolis, as quais usam o Estado para multar o cidadão em vez de educá-lo, e para liderar políticas que direcionem o futuro da cidade, usam do Estado, precarizando o serviço público para não ter fiscalização.

(Participante não identificada manifesta-se fora do microfone: “Terceirização.”)

Faz a terceirização, precariza o serviço e quando existe a intenção de fazer alguma política, é sempre para atender interesses privados, colocando os estudos para o interesse privado a fim de atender especialmente a especulação imobiliária aqui em Florianópolis.



Então é essa a questão, o nosso problema é político. Temos as eleições municipais e as pessoas que estão em casa precisam entender o discurso de ódio embutido nesse tipo de política que existe em Florianópolis e em Santa Catarina e que está sendo combatida no mundo, mas vamos vencer, como a França venceu agora e a Inglaterra também venceu. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Obrigado.

Gente, eu queria dizer que temos um tempo regimental para esta audiência pública. O meu papel aqui é mediar o debate, mas eu gostaria de estar em outro lugar, já falei isso para vocês, mas temos um tempo regimental e as assessorias da Assembleia Legislativa nos orientam, do Eventos, da Casa Militar, a nossa querida Isabele, secretária da Comissão, sempre muito prestativa e que dá suporte para realizarmos essas atividades.

Eu não deixo de acreditar que esses espaços são importantes. É muito importante quando a instituição Assembleia Legislativa atende um pedido da comunidade, vai até ela, realiza uma audiência pública e sai com encaminhamentos concretos. E é o que buscamos com essa última passada aqui pela mesa, buscando a proposição de encaminhamentos concretos. Às vezes parece pouco, mas a audiência pública que realizamos, por exemplo, no Saco dos Limões, foi fundamental, foi o primeiro momento em que aquela comunidade foi ouvida e quando se elucidou muitos pontos sobre o processo de licenciamento do lançamento do efluente tratado naquela baía. E hoje aquela questão desencadeou suficientemente para que o IMA pedisse maiores informações e fosse atrás de outras informações para que não fosse liberado a partir de manifestações, como a doutora Analúcia Hartmann colocou.

Se não temos um espaço de debate, não temos condições de avançar e de termos a participação das pessoas. Então, a tribuna livre é uma manifestação livre e cada um tem responsabilidade sobre o que falou, e agora também é de responsabilidade das representações que estão aqui.

Como Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, tenho o maior interesse em sair daqui com encaminhamentos concretos e a partir da assessoria que temos na Comissão darmos conta desses encaminhamentos, assim como temos dado conta de todas as ações que esta Comissão tem feito. Então, quero pedir também o apoio dos representantes da mesa para nos ajudar nesses encaminhamentos e, ao final, farei um arremate final sobre isso.

Eu quero começar pela ordem de falas, então passo a palavra ao representante da Casan e solicito que seja breve na sua colocação, respeitando as colocações dos manifestantes.

O SR. FILIPE ALCIONÍ SILVA – Perfeito.

Eu estou representando a Casan, como falei, ela sempre envia no mínimo um técnico e está sempre participando, porque entende a importância dessas audiências.

Na semana passada estivemos na Lagoa do Peri conversando com a comunidade local, nós nos colocamos à disposição, levamos à estação da Lagoa do Peri, eles fizeram uma visita técnica e nós pudemos esclarecer diversas dúvidas que eles tinham como, por exemplo, mostramos que o lodo não é jogado de volta, mas é tratado. Então eu acredito que quando trazemos esclarecimentos à população isso ajuda a tirar dúvidas e também a trazer demandas qualificadas que, às vezes, podem demorar a chegar em função da burocracia, mas que juntos conseguimos chegar a um ponto de equilíbrio.

Algumas questões foram aqui colocadas de maneira geral, mas alguns pontos foram destacados, como a questão de como a Casan está preparada para o Plano Diretor. A Casan ou qualquer empresa contratada para atuar em Florianópolis segue o Plano Municipal de Saneamento Básico. Se o Município tem pretensões diferentes, o Plano Municipal de Saneamento Básico deve ser atualizado conforme o Plano Diretor e a Casan ou qualquer empresa que estiver aqui deve seguir aquele regimento para o qual foi contratada para executar.

Teve um morador que comentou sobre qual o nível de tratamento que deve ser colocado. Eu poderia estar tirando essa água até para beber? Tem condições de fazer isso? Claro que tem, mas é o Plano Diretor que vai determinar qual é o nível que o Município quer, e isso tem um custo, né? O Município quer pagar esse custo? É algo que a sociedade tem que conversar. Coloca-se em um plano, que é uma diretriz daquilo que o Município



quer, e a Casan... porque a Casan está aqui até 2027 ou até 2030, quando terá uma licitação e qualquer empresa poderá entrar. Essa empresa vai ter que ter um regramento daquilo que tem que ser feito. E o que vai determinar que tipo de tratamento precisa é o Plano Municipal de Saneamento Básico. A Casan, hoje, segue esse plano e, dentro dos órgãos ambientais, aquilo que eles exigem, entrega os projetos e naquilo que tem que fazer melhoria, ela faz; assim como não foi lançado no sul, não se ignorou a população, eu também estive presente nessa audiência e, agora, foram pedidos novos estudos e nós estamos fazendo esses novos estudos.

Outro ponto é a questão da ETE de Potecas, que também teve um apontamento para conhecimento. Eu coloco à disposição as portas da Casan para apresentar a ETE de Potecas para os moradores ou para as associações que queiram entender como é o efluente. Se quiserem uma apresentação na qual a gente diga como é o caminho para chegar até a ETE de Potecas, a gente fica à disposição e pode dar o encaminhamento, fazendo uma apresentação disso, até lá na própria Casan. Estamos à disposição para explicar como é esse fluxo.

Da fiscalização no Balneário, nós temos o interceptor, que é um elemento que temos há quarenta anos e que não deveria nem ter sido instalado na beira da praia, até pela dificuldade de fazer manutenção ao lado do mar. Então, é realmente uma coisa histórica e que hoje não sairia um projeto daquele. A complexidade para mexer nele é grande, como disse o Vereador Afrânio... E eu nem sabia que Florianópolis já tinha aprovado o encaminhamento da Beira-Mar. É uma das soluções, mas não é a única. A gente se comprometeu com a Aresc, e é uma das coisas que vamos apontar na reunião com a doutora Analúcia, que realmente tem atuado forte nisso, para fazer estudos e não aguardar apenas essa alternativa, que seria trocar essa parte, mas verificar se construindo mais algumas elevatórias ali eu posso resolver o problema e lançar para a estação sem usar o interceptor.

Para quem não sabe, interceptor é uma rede, só que é bem grande para que, por gravidade, o esgoto vá. E o emissário é bombeado, então ele acaba garantindo mais a continuidade. Já o interceptor, dependendo da velocidade que tiver ali, pode ter um entupimento... Como recebemos há pouco tempo, às vezes vai fazer o pavimento e arranca a tampa, parece uma coisa boba, joga um monte de areia na elevatório e toda aquela areia ali vai caminhando e quando é bombeada, tranca a bomba, você levanta a bomba e consegue fazer uma manutenção melhor. O interceptor é um elemento correto, que deve ser utilizado, é apropriado, mas aquele ali, por ter quarenta anos de história, é um encaminhamento que nós temos que substituir aquele trecho. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Leitura: Fabiano Antônio de Souza*]

A Comissão de Saneamento – já havíamos conversado com o César – fica à disposição, a Casan está aqui para executar, como técnico nós temos que executar o que o Município determina. As cifras de investimento da Casan não são pequenas, pontualmente pode haver problemas, mas a cifra geral daquilo que a Casan se propõe a fazer está sendo executado, ela está buscando e está chegando, como os Ingleses, que nós inauguramos, o João Paulo agora já vai inaugurar também, então as obras estão acontecendo, salvo, claro, o ponto específico da estação do Campeche, sobre o qual temos que ter essa discussão, mas os outros que têm condição de lançar o efluente, estamos desempenhando e entregando. Mas é um trabalho conjunto e como já tinha comentado, realmente essa questão das fiscalizações, principalmente para verificar a ligação adequada, não ligar na rede pluvial, é um trabalho constante que deve ser aprimorado.

Eu acho que o último questionamento foi do senhor Valdinei, se a Casan está preparada para o Plano Diretor, que é o Plano Municipal de Saneamento Básico.

Dos questionamentos colocados, o que eu poderia dizer é que deixaremos a apresentação da ETE de Potecas para a comunidade e ficamos à disposição, caso seja criada essa comissão, porque não depende da Casan criar, no sentido de designar um técnico qualificado para acompanhar e apresentar as ações que efetivamente a Casan está fazendo, em vez de ter que esperar, não é, doutora Analúcia, que acaba nos cobrando e nós apresentamos, mas é um fórum mais superior, vamos dizer assim, pois se pudermos fazer por meio de uma comissão e a comunidade entender que está andando, temos que esse seria o lugar mais apropriado mesmo.



(A senhora Lizete Leonardo Contin manifesta-se fora do microfone: “Eu perguntei também se é feita a fiscalização do esgotamento clandestino. É feito?”)

Nós temos alguns programas. Quem faz hoje esse trabalho de fiscalização é a Prefeitura por meio de alguns convênios. A Casan disponibiliza um recurso específico para isso através de convênio e a Prefeitura faz a contratação; quem é responsável por fiscalizar a drenagem não é a Casan, se a drenagem não estiver sendo utilizada de forma apropriada, quem tem que fazer é a Prefeitura. Só que a Casan entende que, dentro da sua governança, da sua missão, que como empresa pública tem a missão de trazer qualidade de vida, ela está junto nisso, tanto que tem esse convênio com a Prefeitura, e agora ainda está lançando um Se Liga, um programa específico para a Casan no qual ela vai gerenciar esse tipo de trabalho, gerenciar se a ligação está adequada ou não.

Como eu disse para o César, nós vamos tentar fazer esse trabalho em conjunto com as comunidades, trazer as comunidades e mostrar que teremos essas equipes aqui, mostrar que essas são as bacias e que já temos essas informações dos programas que a Prefeitura nos disponibilizou. Nós temos esse recurso e vamos tentar atuar junto para que vocês vejam e sintam o trabalho acontecendo. Esse é um compromisso que nós temos também.

(A senhora Lizete Leonardo Contin manifesta-se fora do microfone: “Vai ser o Se Liga na Rede? É isso?”)

O nome do programa é indiferente.

(Manifestações simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Passo a palavra para o senhor Diego Hemkemeier Silva, representante do IMA.

O SR. DIEGO HEMKEMEIER SILVA – Só para finalizar, entendemos que este evento é muito importante, pois democratiza toda a opinião do cidadão, daquele que está lá no bairro.

O IMA continua à disposição, todos os processos que foram citados estão em análise, em solicitação de documentação, outros com audiência pública marcada, inclusive o da Beira-Mar Continental a audiência está marcada para acontecer, então é importante a participação de todos.

(Manifestação fora do microfone inaudível.)

Eu não sei dizer a data agora, mas o IMA disponibiliza o acesso às informações desses processos, elas serão divulgadas de alguma forma em meios oficiais, especialmente. Os processos podem ser consultados a qualquer momento, o cidadão tem a possibilidade de fazer isso e questionar, inclusive, a documentação ou a análise desses processos, inclusive os estudos propostos.

O IMA está lançando daqui a alguns dias um aplicativo de denúncias em que todo cidadão vai poder utilizar: ele realiza a denúncia, que vai diretamente ao gestor responsável para ser averiguada, facilitando também o acesso a todos. E existe também a Ouvidoria do Estado de Santa Catarina que recebe as denúncias ou as comunicações feitas pelo cidadão e que tem um tempo estabelecido por lei para dar uma resposta. Então, também deixamos a Ouvidoria do Estado disponível para todos.

Todos os processos, conforme comentado, estão ainda sendo analisados, seguindo todo o rito da legislação estadual e também federal, incluindo também a ETE do Saco dos Limões, como foi dito aqui.

Portanto, de maneira geral ficamos à disposição para fornecer informações, mas também foi muito importante ouvir toda a comunidade em relação às suas demandas. Vamos levar isso em consideração.

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: “A metodologia de coleta foi alterada? Por que houve aquela pressão política?”)

Não, a metodologia não foi alterada, no máximo a frequência de coleta, isso sim.

(Manifestação fora do microfone inaudível.)

A frequência de coleta não alteraria a qualidade do Balneário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Deixa eu fazer uma pergunta sobre uma questão que eu coloquei no início. Nós temos recebido a demanda para aumentar os pontos de coleta na região do Balneário do Estreito para cima, vamos colocar assim, que é São José, Biguaçu e também Governador Celso Ramos. Além de outras demandas, como já pedimos para a Lagoa Pequena, no Campeche, porque sempre



solicitamos a inclusão da Lagoa Pequena, porque ela é muito utilizada para a balneabilidade recreativa.

Esta audiência também foi uma provocação sobre a questão dos indicadores de balneabilidade da região. Então eu queria também ouvir isso de vocês, pois é importante acatar essa demanda do aumento dos pontos.

(Manifestação fora do microfone inaudível.)

A Praia do Riso também foi uma solicitação. Vamos sistematizar isso.

O SR. DIEGO HEMKEMEIER SILVA – Não sei se alguma já foi formalizada, para a gente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – A Lagoa Pequena foi formalizada muitas vezes. Agora, todas essas aqui serão encaminhadas como resultado da audiência e vamos colocar o nome das praias no relatório para encaminhar para vocês como um ponto específico de ampliação dos pontos de coleta.

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: “Seria importante a Expressa Sul por conta do uso pelos pescadores também, Marquito. Depois a gente escreve argumentando que é um risco sanitário grande.”)

O SR. MARLON DANIEL DA SILVA – Estamos atendendo essas demandas, mas também estamos solicitando, devido às várias demandas, que se peça ao Corpo de Bombeiros que coloque salva-vidas nos locais pretendidos para pontos. Mesmo que a água tenha qualidade sanitária para banho, muita gente confunde com a situação fisiográfica do local e podem ocorrer acidentes. E é importante ter a presença de salva-vidas para atender qualquer irregularidade.

A Lagoa Pequena, do Campeche, já teve respostas, inclusive um dos quesitos que pedimos que fosse atendido foi justamente a situação dos salva-vidas, porque como você está indicando um ponto como próprio para banho, algumas pessoas já entenderam que é próprio para banho, independentemente da condição fisiográfica do local, e já tivemos problemas com isso. Vocês indicaram propriedade e eu quase perdi a vida me afogando, porque tinha um buraco, tinha um repuxo, coisas desse tipo.

Então, esse conjunto de respostas do IMA e do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina eu vejo como muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Eu não quero aqui polemizar, mas não concordo que uma coisa tenha que estar atrelada a outra, mesmo entendendo a questão da segurança. Mas o que se está querendo é porque lá existe balneabilidade, as pessoas estão utilizando de forma recreativa e não sabem a qualidade, se é próprio ou não. E houve muitos casos de contaminação, de pessoas com gastroenterite e assim por diante.

(Oradora não identificada manifesta-se fora do microfone: “Nós queremos saber exatamente se é própria. A população quer saber.”)

O SR. DIEGO HEMKEMEIER SILVA – É uma questão de recomendação somente, porque a pessoa pode entender que é própria e segura em relação à questão de afogamento. Mas é uma questão de recomendação somente. As duas coisas são diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Agora passo a palavra para a doutora Analúcia de Andrade Hartmann.

A SRA. PROCURADORA ANALÚCIA DE ANDRADE HARTMANN – Gente, agora eu até me animei, porque há tantas coisas que poderíamos falar. Mas eu gostaria de deixar algumas sugestões aqui.

Nós, do Ministério Público Federal, temos um grupo de trabalho que está discutindo com o governo do Estado uma coisa que deveria ter sido feita há muitos anos, que é o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Santa Catarina. Esse é um decreto, e vocês vão levar um susto, do primeiro governo do Fernando Henrique Cardoso, que determinou que todos os Estados fizessem os seus Zoneamentos Ecológicos Econômicos justamente para que isso servisse para o planejamento de atividades econômicas, do desenvolvimento urbano etc.

Santa Catarina, há muitos anos, chegou a contratar a FURB para fazer um levantamento na região de Blumenau, do Vale do Itajaí etc., o que hoje já está completamente desatualizado, e depois disso simplesmente paralisou. Aí o governo do Estado resolveu que iria abandonar isso e iria fazer a regulamentação do Plano Estadual de



Gerenciamento Costeiro, que era mais importante porque os Municípios da orla estavam com os seus Planos Diretores em discussão etc. Colocaram dois funcionários para fazer, mas nunca foi feito, foi enrolado. Nós participamos de várias reuniões e eu lembro de ficar muito irritada com aquilo, eu e o colega Tiago, de Joinville, chegávamos lá e havia um funcionário da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável – só agora temos uma de Meio Ambiente, antes era de Desenvolvimento Sustentável – bastante esforçado e queria fazer, mas não tinha como.

Eu me lembro que participei com ele de uma reunião em Brasília, no Ministério do Meio Ambiente, na qual outros Estados apresentaram seus trabalhos, e os Estados do Ceará e do Espírito Santo chegaram lá com equipes e com convênios com as universidades, inclusive lembro do Espírito Santo dizer que eles tinham convênios com setenta pesquisadores. E eu disse: e Santa Catarina tem dois.

Agora, a Secretaria do Meio Ambiente diz que vai fazer isso, eles recuperaram o departamento que tinha sido extinto de zona costeira, mas também não têm funcionários suficientes, mesmo assim dizem que vão fazer o Zoneamento Ecológico Econômico e o detalhamento do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro.

Tem uma coisa muito grave que está acontecendo no Estado, que agora já está sendo admitida pelo governo Estadual, que é a conurbação desde Biguaçu até o norte do Estado, ou seja, toda a BR-101 está virando uma avenida, um interior dos Municípios, os Municípios estão se colando uns aos outros, criando um verdadeiro desastre. Antigamente víamos o mar quando se passava por Itapema, mas hoje não se vê mais. Então, essa falta de planejamento urbano, essa desordem, esse caos... Foi dito aqui, *stop the chaos*, é mais ou menos o que deveríamos ter.

Portanto, uma das coisas que sugiro é que a Secretaria de Turismo peça informações sobre o andamento desses trabalhos técnicos que precisam ser feitos para o diagnóstico do Zoneamento Ecológico Econômico e para o detalhamento do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, porque nesse detalhamento também vai entrar a questão do saneamento da zona costeira, até como uma medida estruturante obrigatória para continuar com esse desenvolvimento desenfreado. Isso, pelo menos, deveria ser.

Quando foi falado aqui da Beira-Mar Continental, só para dar um detalhe para vocês, nós entramos com uma ação judicial para exigir que fosse feito o Estudo de Impacto Ambiental da Beira-Mar Continental, porque o IMA, a Fatma anteriormente, não tinha exigido, assim como não exigiu da ETE do Rio Tavares. A ETE do Rio Tavares foi inicialmente licenciada por dois funcionários da Fatma, que depois sofreram investigação criminal e pediram aposentadoria – um deles assinou até um acordo para evitar perseguição criminal. Dois funcionários da Fatma disseram que a ETE do Rio Tavares poderia ser implantada. Nós ingressamos com uma ação, depois disso, apesar dos técnicos ICMBio dizerem que não poderia funcionar como estava previsto e licenciado pelo IMA, politicamente eles conseguiram que o coordenador regional assinasse um acordo, mas esse acordo também não foi cumprido e isso virou uma confusão – estamos falando de um processo de mais de quinze anos de discussão. Agora eles querem jogar isso dizendo que não tem solução, porque num certo momento a Casan veio com a solução do emissário submarino e depois recuou e agora eles querem despejar esse efluente tratado no Saco dos Limões. Nós continuamos discutindo judicialmente e eu acho que realmente precisa haver uma cobrança popular em cima disso.

Para a Beira-Mar Continental nós cobramos, foi feito o Estudo de Impacto, na época foi a mesma Prosul que fez esse estudo – lembro-me que tivemos que fazer um pedido de liminar porque eles tinham feito um levantamento sem fauna ictiológica. Vocês acreditam numa coisa dessas, sem levantamento dos peixes que existiam lá?! Estudo de Impacto Ambiental! E nós tivemos que dizer: esperem aí, onde estão esses peixes? E lembro-me que para a marina que estavam querendo construir na Barra da Lagoa apresentaram um documento sobre a fauna daquela região com peixes do Nordeste. Foi até o pessoal da universidade que nos alertou: esses peixes não existem aqui, só lá no Nordeste. Foi um copia e cola, fizeram um copia e cola.

Então é muito importante que vocês prestem muita atenção, peçam ajuda de especialistas, prestem atenção nesse licenciamento para que ele seja bem feito. Na época nós tínhamos uma ação também por causa do problema da poluição na praia do Balneário



do Estreito, que gerou até o projeto da Ponta do Leal, e a ex-Prefeita Angela Amin nos disse, em reunião na qual houve um acordo, que a questão da poluição seria resolvida com a Beira-Mar Continental, porque haveria ligação de todo mundo com Potecas, que nada mais seria despejado ali. Agora, depois de todos esses anos, estamos discutindo que continua sendo despejado ali, aquilo não resolveu. Então, é preciso haver uma cobrança.

A continuidade da Beira-Mar Continental vai acontecer, o projeto está sendo discutido, e vocês, da população, e nós, do Ministério Público Federal e também o Estadual, precisamos fiscalizar para garantir que os estudos sejam feitos, para que as soluções para a diminuição dos impactos sejam bem estabelecidas, para que haja monitoramento e para que haja medidas compensatórias para a população na zona de influência desse empreendimento.

Então fica a sugestão para a Assembleia Legislativa, para a Comissão, no que diz respeito ao Gerco e ZEE, e também para que os licenciamentos do IMA – inclusive esse é um encaminhamento do fórum criado pelo Ministério Público Estadual – levem em consideração os cenários dos efeitos das mudanças climáticas no Estado de Santa Catarina e também que o IMA obedeça efetivamente as resoluções do Conama, porque ele não obedece, principalmente a 303, de 2002, que protege as restingas. Ele não obedece, inclusive declara expressamente que não vai obedecer, levando toda essa discussão para o Judiciário.

Sobre a Beira-Mar Continental, não serei eu que vou acompanhar esse processo, será o colega que responde pela região, mas alerta e peço que sigam esse processo com todo o cuidado, principalmente para que depois não haja soluções para as quais a população não foi ouvida. *(Palmas.)*

(Manifestações simultâneas ininteligíveis.)

(Oradora não identificada manifesta-se fora do microfone: “Precisamos de um Governador assim como ela. Santa Catarina está uma vergonha.”)

A SRA. ALESSANDRA LARISSA D’OLIVEIRA FONSECA – Deixe-me fazer um comentário.

Vocês estão falando de balneabilidade, e o que é balneabilidade? É um indicador usado para avaliar a contaminação de um efluente doméstico, mas em águas salgadas e com incidência de luz solar, a *Escherichia coli*, que é o indicador de balneabilidade, não é o adequado. Para águas salgadas, que é o que temos no nosso litoral, a bactéria indicadora mais adequada é a *Enterococos*. Então, o que pode acontecer é indicar que está balneável, mas na verdade essa bactéria já não existe mais. Enquanto isso o vírus da hepatite, que já foi identificado em pesquisas científicas em águas naturais, incluindo das baías, segue feliz. Outros tipos de poluentes contaminantes como, por exemplo, metais ou contaminantes orgânicos também seguem, porque também têm como fonte o esgoto doméstico, mas não somente.

O licenciamento da marina, da forma como vai ser colocada em uma região sensível, e vocês viram a quantidade de lama que tem na baía norte – a lama é uma esponja química e adere nessa esponja química metais e contaminantes que permanecem nesse ambiente –, não considera o sistema de dragagem, ele só vê aquele espaço, mas para as embarcações navegarem conforme proposto por esse projeto, tem um canal de dragagem que não está sendo considerado e isso é um problema, porque vai ressuspender essa lama, que é uma esponja química e tóxica.

Outra questão importante e que precisamos pensar é em relação a outros contaminantes, como, por exemplo, o microplástico. Estudos já mostraram a contaminação de microplástico em ostra e em peixe. Em peixes é um pouco mais simples, porque você retira o sistema digestivo para comer, mas o mesmo não acontece com as ostras. Será que sai o plástico com um processo de depuração? Não.

Além disso, temos os efeitos das mudanças climáticas, como mencionado pela doutora Analúcia. Nós fizemos um estudo mostrando que a grande mortalidade de berbigão estava relacionada com as ondas de calor, e ondas de calor e extremos de chuva serão cada vez mais frequentes.

Então eu considero aqui, como resolução, como gestão, pensarmos em soluções baseadas na natureza e que o planejamento seja a partir do ecossistema, conforme a doutora Analúcia falou: gestão costeira, plano de bacias hidrográficas e Projeto Orla. Isso é



previsto, nós temos uma estrutura para isso, só precisamos fazer acontecer. Os estudos já mostram que é mais eficiente e mais barato investir nesse tipo de planejamento do que, depois, ter que utilizar estruturas cinzas, de concreto, que irão desfigurar e não irão resolver o problema.

Portanto, a gestão e os projetos das cidades devem priorizar a base ecológica, valorizando – essa é uma questão que eu levei para a Casan – o meio ambiente. Eu sei que existem critérios para implementar, por exemplo, uma ETE ou uma infraestrutura qualquer, prioriza-se a parte econômica, prioriza-se a parte técnica, mas nós precisamos priorizar a parte ambiental. Sem a priorização da parte ambiental nós iremos começar a cair nessa situação, de colocar emissário onde não tem condições de colocar emissário. E o estudo sobre emissário oceânico não é um estudo bem feito a ponto de garantir, em condições extremas de vento, que tenhamos a diluição desse efluente e não o retorno disso para o ambiente costeiro.

E outro ponto é rever essa questão da balneabilidade. Esse método é o adequado, pensando na saúde? Eu acho que não. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Gente, eu vou ter que terminar mesmo a nossa audiência, já passamos de três horas. É o nosso tempo limite de audiência pública.

(Manifestação fora do microfone ininteligível.)

Sim, eu gostaria, mas aí eu não vou poder, vamos estar no limite mesmo.

Eu vou fazer os encaminhamentos e podemos, depois, continuar conversando, pode ser? É regimental. Aí eu passo a palavra para o seu João e para o Rui.

Então vamos deixar registrados aqui os encaminhamentos que nós acatamos: a colocação da doutora Analúcia como tarefa da audiência, em relação ao Zoneamento Ecológico Econômico e ao detalhamento do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro; a questão levantada pelo Vereador Afrânio quanto ao modelo de aterro que será feito lá na continuidade da Beira-Mar Continental, em Florianópolis e em São José; a solicitação da comunidade no sentido de ser ouvida sobre as obras de ETE da Casan, e a Casan já se comprometeu a fazer isso nas suas dependências da unidade; e a questão da ampliação e dos pedidos oficiais dos pontos de coleta de análise de balneabilidade.

E quero colocar também um ponto para pensarmos. Após uma audiência realizada em relação aos afetados ou aos atingidos pela barragem de São Roque, na serra catarinense, isso foi há mais de um ano, e sabendo dos encaminhamentos que eram necessários, criamos uma comissão para discutir e dar continuidade àqueles pontos levantados, e ela está até hoje trabalhando e tem conseguido dar conta das ações.

Eu também estou como coordenador, até o final do ano, da Bancada da Grande Florianópolis, que tem como prioridade três eixos: mobilidade urbana, saneamento básico e saúde, na questão dos hospitais. Então eu vou levar como proposta criarmos uma comissão, em conjunto com a Bancada da Grande Florianópolis, porque também tem ali as emendas que vão ser destinadas diretamente aos Municípios da Grande Florianópolis. E de certa forma tem que ser uma ação coordenada na Região Metropolitana, da região que envolve os 22 Municípios da Grande Florianópolis.

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: “Marquito, dava para encaminhar também a fiscalização dos extravasores da Casan, porque aqui na orla são os principais pontos de contaminação que a gente já identificou, os extravasores sendo usados de forma indiscriminada.”)

Então a gente coloca como encaminhamento também esse pedido de uma fiscalização mais apurada sobre as elevatórias e os interceptores, onde tem esse problema e de onde sempre recebemos as denúncias. Então, fazer o pedido de uma fiscalização em conjunto para que consigamos avançar nesses pontos.

(Manifestações simultâneas ininteligíveis.)

Vou repetir: em conjunto com a Bancada da Grande Florianópolis e a Comissão de Turismo e Meio Ambiente, vamos instalar um grupo de trabalho para tratar do saneamento básico nas baías norte e sul da Grande Florianópolis. Fechou? *(Palmas.)*

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: “Eu quero um encaminhamento: que a Casan não possa jogar efluentes de ETE em corpos d’água sem um tratamento não biológico depois do terciário. Por quê? Porque estão dizendo que o



tratamento terciário resolve o problema e jogam no corpo d'água. Não pode, nem nos rios, nem nas águas da baía. Então, esse é o meu encaminhamento." Palmas.)

Estamos fechados, gente?

(Oradora não identificada manifesta-se fora do microfone: "Está tudo gravado, né?")

Está tudo gravado.

Eu agradeço mais uma vez a presença de todos e nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta audiência pública. *(Ata sem revisão dos oradores.) [Transcrição: Fabiano Antonio de Souza / Leitura: Rafael José de Souza / Leitura Final: Siomara G. Videira]*

**DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO
PRESIDENTE**